

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA.  
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

EDUARDO JOSÉ CALIXTO BORGES

**O PAPEL DA IMPRENSA ALAGOANA NA CRISE DE 1945 DA ERA VARGAS**

MACEIÓ

2019

EDUARDO JOSÉ CALIXTO BORGES

**O PAPEL DA IMPRENSA ALAGOANA NA CRISE DE 1945 DA ERA VARGAS**

Trabalho de Conclusão de curso para  
obtenção do Título de Licenciatura de  
História da Universidade Federal de Alagoas  
tendo como orientadora:  
Prof. Dra. Michelle Reis Macedo

MACEIÓ

2019

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

B732p Borges, Eduardo José Calixto.  
O papel da imprensa alagoana na crise de 1945 da era Vargas / Eduardo José Calixto Borges. – Maceió, 2019.  
58 f.

Orientadora: Michelle Reis Macedo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 56-58.

1 Brasil - Política e governo. 2. Jornal de Alagoas. 3. Gazeta de Alagoas. 4. Imprensa. 5. Partidos políticos. 6. Movimento queremista (História do Brasil). 7. Trabalhadores - Brasil. I. Título.

CDU: 94(813.5):070.15



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado  
" O papel da imprensa alagoana na crise  
de 1945 da Era Vargas elaborada(o) por  
Eduardo José Calixto Borges e aprovado por  
todos os membros da Banca Examinadora com nota 9,5, cumprindo as exigências  
para obtenção do título de Licenciado em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo  
Orientador (a):

Prof.(a) Michelle Reis  
1º Examinador (a):

Prof.(a) Anderson de Silva Frede  
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas  
11/04/2019

Dedico esta monografia aos meus netos Igor e Iago, para que sirva como reflexão, pois não existe limite de idade para aprender, estudar é o caminho para diminuir as possibilidades de insucessos na longa caminhada da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa e filhas pela paciência, apoio, compreensão e força para suplantar as dificuldades que se apresentaram durante o curso.

A professora Michelle Reis Macedo, orientadora e amiga que contribuiu sobremaneira com seus valiosos ensinamentos, compreensão e paciência durante o processo de construção deste trabalho, bem como pela generosidade de compartilhar seus conhecimentos durante a minha formação acadêmica.

Aos colegas de curso que durante nossa convivência estimulou, contribuiu e compartilhou seus aprendizados, em especial a Jorge Lopes e Jordânio Ferreira, que ao final dessa etapa construímos uma grande amizade.

Aos servidores do Arquivo Público de Alagoas – APA, pela solicitude na disponibilização das fontes primárias de nossa pesquisa.

Aos professores dessa instituição (UFAL), que me incentivaram e contribuíram na minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da imprensa alagoana, especificamente o *Jornal de Alagoas* e *Gazeta de Alagoas* que circulavam no ano de 1945, nos debates políticos durante a crise do Estado Novo. A partir de suas publicações, pretendo analisar os posicionamentos dos grupos sociais, econômicos e políticos, as tendências ideológicas as convergências e divergências com o governo de Getúlio Vargas, e nesse contexto apresentar de que forma o Movimento Queremista, principal movimento popular naquele período foi contextualizado pelos jornais. Ademais, procuramos pautar a influência dos grandes conglomerados de comunicação junto à imprensa local na reprodução das notícias nacionais, bem como apresentar de que forma a censura interposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda atuava nas publicações dos periódicos, e procuramos evidenciar o papel desses jornais na difusão dos projetos do governo Vargas junto aos trabalhadores. Por fim, analisamos de que forma os interventores e as oligarquias influenciavam nas redações dos jornais, divulgando notícias que beneficiassem seus grupos políticos, tanto no âmbito local como nacional.

**Palavras Chave** – Jornais, Partidos, Queremismo, Trabalhadores, Vargas

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the role of the Alagoana press, specifically the Alagoas Journal and Gazeta de Alagoas that circulated in the year 1945, in the political debates during the crisis of the Estado Novo. From its publications, I intend to analyze the positions of social, economic and political groups, the ideological tendencies the convergences and divergences with Getulio Vargas' government, and in this context to show how the movement, the main popular movement in that period was contextualized newspapers. In addition, we sought to influence the influence of large media conglomerates with the local press in the reproduction of national news, and to present how the censorship of the Press and Advertising Department (DIP) operated in the periodicals' publications, and we tried to highlight the role of these newspapers in the diffusion of the Vargas government projects with the workers. Finally, we analyze how the interveners and the oligarchies influenced the editorial offices of the newspapers, disseminating news that benefited their political groups, both locally and nationally.

Key words - Newspapers, Parties, Queremismo, Workers, Vargas



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
1. As relações entre imprensa e o governo no Brasil no fim da Era Vargas.....	11
1.1 As afinidades das notícias junto aos grupos políticos em Alagoas .....	16
<b>CAPÍTULO II</b>	
2. As tendências ideológicas na apresentação das notícias políticas.....	23
2.1 A imprensa no início dos embates políticos e o movimento queremista .....	31
<b>CAPÍTULO III</b>	
3. Grupos que influenciaram as posições políticas dos jornais em Alagoas .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Getúlio Dorneles Vargas, considerado por muitos um dos presidentes mais populares na história do Brasil, governou em distintos momentos políticos de nossa história, transitando entre democracia e ditadura: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), Estado Novo (1937-1945) e por eleição direta de 1951 a 1954, e, em todos esses momentos houve uma relação conflituosa com a imprensa brasileira.

Portanto, nos propomos a analisar como se deu essa relação entre Getúlio e a imprensa no ano de 1945, particularmente no estado de Alagoas. Nossa pesquisa inicia-se a partir de análise historiográfica realizada nas obras de Michelle Reis de Macedo, Jorge Ferreira, Angela Maria de Castro Gomes, Maria Helena Capelato e Marialva Barbosa, que abordaram a participação da imprensa nacional durante os governos de Getúlio Vargas. Para consubstanciar os estudos desses autores, utilizamos como fontes primárias os jornais que circulavam em Alagoas durante esse período. Nossas observações pretendem verificar, analisar e avaliar os estudos sobre o comportamento da imprensa apresentado pelos citados autores, traçar um perfil comparativo com as notícias difundidas em Alagoas pelos jornais, e tentar comprovar que a maioria da imprensa brasileira tinha um padrão editorial na forma de noticiar os fatos. Portanto, nesse trabalho procuraremos reconstituir, a partir dessa análise documental, como se travaram as lutas sociais e políticas em Alagoas nesse período.

Utilizamos em nosso trabalho como fontes primárias os jornais: *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*. Essa relação governo e imprensa é um tema contemporâneo e precisam ser ampliados os estudos com a utilização de jornais. Para a academia, esperamos oferecer reflexões sobre como se comportou a imprensa alagoana naquele período, pois pouco foi pesquisado sobre o tema em Alagoas; procuraremos avaliar de que forma se comportou a sociedade alagoana nesses eventos, bem como os grupos sociais que tinham influência nos editoriais desses meios de comunicação e, com isso, promover o conhecimento sobre nossa história.

Essa complexa relação da imprensa com Getúlio Vargas vem se acirrando sistematicamente a partir dos posicionamentos políticos na Segunda Guerra Mundial, bem como a consolidação de ganhos econômicos e sociais para a classe trabalhadora, que em contrapartida mantém apoio permanente ao governo mesmo estando em um regime ditatorial. Nesse período, os governos estaduais possuíam governadores indicados por Vargas, que em sua maioria eram militares que o apoiaram no golpe de 1930. Portanto, esses interventores eram a representação do governo em cada estado. Em Alagoas, o interventor era irmão do Ministro da Guerra e, com isso, o poder de mando era muito maior, o que se refletia na relação com a imprensa local.

No primeiro capítulo, analisamos como os aspectos ideológicos refletiam na apresentação das notícias políticas dos jornais da capital da República e os reflexos no estado de Alagoas, e de que forma os partidos políticos de situação e oposição ao governo, que foram criados em 1945 diante da perspectiva de redemocratização, tiveram influência junto aos órgãos de comunicação na divulgação das notícias. Destacaremos o Movimento Queremista, suas ações políticas, sua importância como movimento político social de base e de que forma os jornais, principalmente os que faziam oposição ao governo avaliavam suas ações. Por fim, refletir sobre a forma como esse movimento influenciou no resultado da eleição presidencial entre Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra.

No segundo capítulo, avaliamos de que forma os grupos sociais detentores dos jornais se posicionaram politicamente na publicação das notícias, principalmente no período eleitoral, e de que forma a violência aflorou na relação entre o interventor e jornais que faziam oposição. Avaliamos também como Vargas, mesmo após seu afastamento e isolamento, se mantinha como candidato dos trabalhadores, e dessa forma o seu apoio definiu a vitória de Dutra.

No terceiro capítulo, realizamos uma breve análise como se deu a relação entre governo e imprensa no Brasil, e de forma mais ampla essa relação em Alagoas, principalmente durante o ano de 1945 sob a égide da censura, e de que forma essas afinidades ficavam explicitadas nas notícias difundidas nos dois jornais que circulavam nesse período em Alagoas.

## CAPITULO I

### 1. As relações entre governo e imprensa do Brasil no fim da Era Vargas

A imprensa desde sua descoberta por Johann Gutenberg no século XV modificou sobremaneira a escrita e a leitura, e por via de consequência a comunicação entre os homens. No Brasil, a vinda da família real em 1808 propiciou a implantação da imprensa nacional que tinha a função precípua registrar os atos administrativos do governo, sendo à precursora da imprensa no nosso território. Durante séculos, o uso da imprensa foi sofrendo alterações, tanto nos avanços tecnológicos quanto na finalidade do uso, passando inicialmente de anotações oficiais para fazer parte da rotina dos cidadãos, divulgando toda a sorte de notícias e propagandas, destacando em vários momentos seu viés político, e como forma de alcançar seus objetivos em muitas situações, manipula por meio de suas mensagens a opinião pública, por sua capacidade de penetração na sociedade, chegando séculos depois a ser classificada como o quarto poder.

No discurso clássico da verdade, mais também no entendimento cotidiano da verdade, as pessoas iriam se interessar em saber, se aquilo que os meios de comunicação informam é ou não verdadeiro. Ou se é meio verdade, meio não verdade, pois "manipula-se". Mas como se pode constatar isso? Em casos isolados, isso pode ser possível para um ou outro observador e especialmente para os sistemas dos quais se informa, mas para a massa das comunicações que diariamente são transmitidas isso é naturalmente impossível.<sup>1</sup>

Portanto, os jornais com suas peculiaridades de informações foram de fundamental importância no progresso literário e cultural de nossa sociedade. Entretanto, seus conteúdos sempre foram questionados pelos estudiosos da historiografia que viam em seus teores, informações que privilegiavam as versões advindas das classes dominantes. Somente a partir de 1970, a historiografia brasileira passou a adotar com uma

maior intensidade os jornais em suas análises historiográficas como fonte primária de suas pesquisas, sem, no entanto, deixa de lançar um olhar crítico sobre essas fontes.

---

<sup>2</sup> LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005. (Comunicação) pp.20-21.

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir.<sup>2</sup>

A censura no Brasil remota ao período colonial quando se constituiu a imprensa régia e, em ato contínuo, dom João VI designou os primeiros censores com a finalidade de regular os periódicos, não permitindo que houvesse publicações contra atos do governo e os princípios que norteavam a sociedade. Assim sendo, essa prática perpetuou-se até nossos dias como uma herança da colonização portuguesa. De maneira especial nos períodos de restrição dos direitos civis em que as ditaduras se implantaram, como ocorreu na ditadura getulista com a atuação autoritária do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, essa relação de força entre governo e jornais propiciaram duas vertentes: os que contrariaram as determinações governamentais e tinham como consequência a perseguição e prisão de jornalistas e chegando ao fechamento dos jornais, e o grupo que aderiu ao poder gozava de privilégios para divulgação das ações do governo em suas páginas.

Ao DIP competia “executar a estratégia governamental de domínio da opinião pública no âmbito geral das ideias e não só na imprensa e no rádio”. (Bahia, 1990, p. 304). Competia ainda ao DIP controlar o registro de jornais, das emissoras de rádio e serviços de alto falantes. Seguindo o exemplo nazista, essa repartição preparava e encaminhava lista de assuntos proibidos para os jornais e para as emissoras de rádio. O DIP era também um órgão corruptor, pois distribuía verbas a profissionais e veículos de comunicação.<sup>3</sup>

Em verdade, a imprensa que por vezes foi censurada em função das críticas ao regime se constituía também no principal elemento fomentador das novas propostas políticas e sociais na Era Vargas. Portanto, existia uma simbiose entre o poder e a parte da grande imprensa, que por meio de seus editoriais, reportagens e ou programas de rádio faziam chegar aos mais longínquos municípios brasileiros a palavra do presidente, e com

---

<sup>2</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988. p.15.

<sup>3</sup> MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005 – (comunicação) p.105.

isso fixar no imaginário popular que todas as conquistas dos trabalhadores foram frutos da benevolência de Vargas com as camadas mais pobres. Essa relação de proximidade ficou mais aprofundada quando o presidente estabeleceu um contato direto, por meio de correspondências com os trabalhadores, e com isso desconstruía as eventuais críticas que surgiam em alguns periódicos.

Para que possamos fazer uma análise mais aprofundada do papel da imprensa em 1945, sendo esse o objeto de nossas pesquisas, daremos destaque aos momentos iniciais do comportamento da imprensa brasileira a partir 1930 com uma amplitude maior a partir de 1937, visto que a nova Constituição já trazia em seu bojo a definição de censura prévia aos meios de comunicação. Essas condições foram elementos definidores para dar início às afinidades entre governo e jornais, condicionando suas nuances, estabelecendo relações econômicas e de poder, deliberando com isso a forma como agiriam os principais jornais, e com essa eficaz intervenção construía o seu próprio discurso a partir das definições do DIP em conjunto com um conselho nacional, composto de entidades ligadas ao setor de comunicação, que pelas suas decisões deixava bem claro que se tratava apenas de uma formalidade.

Entre as atribuições do conselho destacava-se a de punir publicações de notícias ou comentários falsos, tendenciosos ou de intuito provocador, induzindo ao desrespeito e descredito do país, suas instituições, esferas e autoridades representativas do poder público.<sup>4</sup>

A Era Vargas ficou conhecida não só pelos avanços das conquistas trabalhistas, mas também pelo controle do Estado em qualquer forma de comunicação, desde os materiais didáticos enviados às escolas até os meios de comunicação de massas como: jornais, rádios e cinema, para o controle do rádio foi criado o programa “A hora do Brasil”, que era transmitido de forma uníssona em todas as emissoras foi uma das maiores provas dessa ação de comando. Nos jornais, a censura pautava-se no controle efetivo das notícias a serem publicadas, inibindo qualquer crítica às ações governamentais. A não observância dessas determinações acarretavam o fechamento dos

---

<sup>4</sup> MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005 – (comunicação) p.139.

jornais, e em contrapartida os que aderiam ao programa do governo eram beneficiados com liberação de verbas em propagandas e ou redução de impostos na aquisição de papel.

O estado ganha, cada vez mais, a exclusividade da divulgação – seja por coerção, seja por alinhamento político e, portanto, por concordância das ações com as ações da sociedade política -, mas o público e afastado dos periódicos. De tal forma que em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada. Essa ampliação se dá através da constituição de um amplo aparato burocrático-repressor, via formação do Departamento de Imprensa e propaganda (DIP) e pela ação da censura, ou através do alinhamento político da imprensa, que procura aferir lucros reais e simbólicos, a partir de sua aproximação com o poder.<sup>5</sup>

As pesquisas realizadas em diários nos remetem a analisar o momento político e como os proprietários dos jornais se posicionavam. O caso que nos chamou mais atenção é do proprietário dos Diários associados, Assis Chateaubriand, que chegou a possuir emissoras de rádio, revistas, TV e mais de cem jornais, e pelo alcance de seus empreendimentos poderia nortear a opinião pública pelo rol dos seus noticiários, e isso por certo influenciou muito nos editoriais bem como as notícias contidas no *Jornal de Alagoas* durante a Era Vargas, sofrendo mutações em função do momento político de Chateaubriand, que apoiou Vargas em 1937 e fez oposição sistemática em 1945, apoiando Eduardo Gomes, fato observado em várias editoriais republicados em diversos jornais durante o pleito em que teve como adversário Eurico Gaspar Dutra.

Assis Chateaubriand, dono dos Diários associados, que sempre desfraldara a bandeira liberal em seus jornais, a partir do dia seguinte ao golpe declarou-se fervoroso admirador do nazismo e sugeriu a Vargas que imitasse os alemães. *O Diário Carioca*, no dia 11/11/1937 deu destaque a “memorável oração proferida ontem pelo presidente Getúlio Vargas”. Justificou o golpe, declarando: “Brasileiros a defesa social brasileira está acima e fora dos partidos. Só ela reunirá os patriotas para a luta contra o comunismo”.<sup>6</sup>

Outros periódicos fizeram o caminho inverso, como foi o caso do jornal carioca *A Noite* fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Em seu nascedouro constituiu-se como jornal de oposição ao governo do general Hermes

<sup>5</sup> BARBOSA, Marialva, 1954 – **História cultural da imprensa: Brasil, 1900 -2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 108.

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 49.

da Fonseca. Entretanto, com a mudança de proprietário, passando de Irineu Marinho para Geraldo Rocha, o jornal mudou seu viés político, passando de oposição para situação em várias fases de sua existência. Em 1945, foi um dos principais defensores do governo Vargas, enfatizava não só a capacidade de comunicação do chefe do executivo nacional quando se dirigia aos trabalhadores, bem como suas qualidades, de forma que seus discursos eram praticamente irrefutáveis pela oposição.

O jornal getulista *A noite* (3-1-1945) comentou que Vargas não se pedia no jogo de palavras. O discurso do chefe era elaborado a partir de técnicas de linguagem: ele usava *slogans*, palavras-chave, frase de efeito e repetições ao se dirigir às massas. Os meios de comunicação reforçavam a figura do líder com frases como: “a generosa e humanitária política social do presidente Vargas”.<sup>7</sup>

Os jornais possuíam características próprias e a partir de estudos passaram a formatar a distribuição das notícias e imagens em suas páginas, por meio de posicionamento definido para cada tipo de leitor, e com isso direcionar as notícias para um público específico. A notícia principal e de maior destaque eram apresentadas no alto da primeira página conhecidas como “manchetes”. Essa era uma forma de propagação da notícia mesmo que o transeunte não tivesse acesso a notícia por completo, e nessa apresentação denotava-se a posição política dos jornais estudados em Alagoas no ano de 1945. Ressalta-se, porém, que esse procedimento já era senso comum nos principais jornais do Brasil.

Cada um desses periódicos, ao lado das revistas de críticas e de costumes que não cessam de surgir, destina-se a um público em potencial. Em função disso adaptam seu texto e o suporte que lhe dá sustentação ao gosto desse leitor. Enquanto a *Gazeta de notícias* procura atingir um público cujo gosto literário dava o tom da preferência, o *Jornal do Brasil* multiplica as estratégias no sentido de atingir um leitor de menor grau de instrução e, sobretudo de menor poder aquisitivo.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 171.

<sup>8</sup> BARBOSA, Marialva, 1954 – **História cultural da imprensa: Brasil, 1900 -2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 41.



A utilização dos meios de comunicação ampliou-se durante a Era Vargas fazendo com que a força do poder executivo central com que seus atos que chegavam diretamente a sociedade interferissem diretamente em vários setores da coletividade, tanto na vida social e econômica, quanto, e principalmente, no aspecto político, pois o alcance de suas ações impactavam na diminuição do poder executivo estadual em função da estreita relação de Vargas com a população, notadamente os mais humildes, e essas manifestações de melhoria dessas camadas sociais restringiam qualquer manifestação de caráter crítico dos que tentavam fazer oposição ao seu governo.

### **1.1 As afinidades das notícias junto aos grupos políticos em Alagoas**

Dentro de um ponto de vista interposto aos periódicos, em Alagoas, os dois principais jornais que circulavam em 1945 não fugiam a essa regra, e buscavam dar amplitude de suas posições ampliando a sua capilaridade as localidades mais importantes do estado em diversos campos da vida em sociedade, quer sejam político, sociais, esportivos, econômicos, dando ênfase em seus artigos aos feitos de pessoas públicas que se destacavam em cada município e regiões adjacentes, e que estavam diretamente interligadas às posições políticas das lideranças e/ou grupos políticos estaduais e nacionais que o jornal apoiava. Durante os eventos políticos, notadamente em comícios, em regra as maiores lideranças de cada município eram escolhidas para fazer o discurso inicial. Isso tinha um significado especial, saudar o convidado principal do evento, ao tempo que buscava relacionar a figura da liderança externa com o político local, alcançando com isso a difusão de seus ideais políticos.

Abrindo o “meeting” usou da palavra o dr. Oceano Carleal do Diretório da U.D.N, de Penedo, que explicou os fins daquela reunião popular, na qual, sem o recurso aos ataques pessoais, ia ser feita apologia da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Logo após falou o sr. Joao Góes, membro do diretório municipal da U.D.N. em Piassabussu , que disse do entusiasmo de que o povo de Piassabussu esta possuído pelo nome do candidato do povo brasileiro a suprema magistratura do pais.<sup>9</sup>

A sociedade alagoana sempre foi pautada em duas características básicas: a concentração de renda e a dominação política por grupos familiares. Essa concentração de poder econômico e político foi gerador de diversos confrontos violentos de grupos antagônicos,

---

<sup>9</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 4 de setembro de 1945 p.1.

que perpassavam as questões ideológicas e se enraizaram em nossa sociedade como divergências pessoais, ficando evidenciado que quem não era amigo passava naturalmente a ser inimigo. Essa prática ganha intensidade a partir 1831 quando da inauguração da imprensa alagoana com o lançamento do seu primeiro jornal impresso, é fomentado um partidarismo intransigente e violento refletido em ações contra redatores e proprietários de jornais, principalmente os que faziam oposição, fato ocorrido com o proprietário do *Jornal de Alagoas*.

A violência era tanta sobre a imprensa e mirando especialmente esse jornal, que o seu criador e diretor quase fora crivado de balas dentro de um bonde quando rumava para bebedouro com a esposa, a filha e sobrinha, ambas menores. O autor dos disparos, denunciou, foi um juiz federal. Nessa época o “O espantinho das Oligarquias”, designação pela qual Silveira ficou conhecido.<sup>10</sup>

O clientelismo foi uma prática que se configurou como parte da política no Brasil, notadamente entre os séculos XIX e XX, tendo um estreito vínculo com as oligarquias rurais. Em Alagoas a iniciação dessa prática partiu do sertão, mais precisamente de Mata Grande, porém com abrangência política na capital e nas principais cidades de Alagoas. Durante a República, essas oligarquias ganham notoriedade a partir do Governador Euclides Malta, com a característica de ocupar os principais postos políticos, e governar para uma elite que lhes davam sustentação, o que permanece como uma marca em Alagoas com o controle político, social e dos meios de comunicação, e que tem outro momento desse mando a partir da evolução dos engenhos rudimentares para a industrialização da cana de açúcar onde os “usineiros” ocupam os espaços políticos e definem os destinos de Alagoas.

Uma constante na política nacional é a conciliação. Para a defesa de seus interesses, os grupos dominantes entram sempre em acordo, evitam rupturas e se compõem, de modo a se perpetuarem. Têm diferenças pequenas; como pertencem ao mesmo grupo ou classe, são de origem idêntica, perseguem iguais objetivos, não há motivos para divergências profundas.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió: Jornal de Alagoas 80 anos, 1988. p. 183.

<sup>11</sup> IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp.206-207.

Analisando esses cenários em 1945 observa-se que as lideranças políticas se perpetuam por meio de algumas famílias, e nesse momento da Era Vargas, o clã dos Góes Monteiro mantem essa hegemonia em Alagoas, com participações com deputados federais, senadores, ministro e governador de Alagoas por três dos seus membros. Dessa forma, a ingerência nas publicações em Alagoas fica clara a partir do momento em que o governo estadual é o principal cliente na divulgação de atos governamentais nas páginas dos jornais, e, por conseguinte, passa a atuar como formador de opinião com uma agenda positiva nas ações governamentais.

Há quatro anos foi empossado na interventoria de Alagoas, o major Ismar de Gois Monteiro. Nesse período que coincidiu com as circunstâncias criadas pela guerra pode o governo alagoano iniciar uma obra de aproveitamento, de revalorização do trabalho, do desenvolvimento da riqueza do Estado, ainda que sem a preocupação de programas de fachada, feito só para impressionar. O major Ismar de Gois Monteiro tem procurado administrar no sentido do progresso de Alagoas e do bem-estar de seus filhos sem distinção de classe.<sup>12</sup>

Ao realizarmos uma pesquisa atemporal com relação ao jornalismo alagoano detectamos que esse contém um posicionamento fundamentalmente político partidário em sua essência. Para tanto resgatamos sem maiores aprofundamentos a criação e objetivos dos primeiros periódicos e de que forma os grupos políticos absorveram essa interferência junto as suas bases políticas. O primeiro jornal criado em Alagoas foi o *Iris Alagoense* fundado em 1831, em um momento que Alagoas vivia sob conflitos interpostos pela Confederação do Equador, onde as divergências políticas afloravam, com perseguições sofridas pelos revolucionários.

Em 1831, surge o primeiro jornal impresso de Alagoas, mais precisamente em Maceió: o *Iris Alagoense*. Teve duração curta, porque o coronelismo imperava naquela época. Seu principal redator sofreu um atentado, escapando por milagre e, decidindo-se mudar-se para Recife. Depois, o nome foi substituído por *O Federalista Alagoense*, já impresso Maceió. A vila já estava com ares de capital. Tinha até jornal, enquanto a capital propriamente dita (Alagoas, Marechal Deodoro) entrava em processo de decadência.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 22 de fevereiro de 1945 p. 1.

<sup>13</sup> <http://www.estado-de-alagoas.com/historia-de-alagoas-a-provincia-de-alagoas.htm>. Em 10 de fevereiro de 2018.

Os jornais da época possuíam entre duas e quatro páginas, e como ponto comum tinham pouco tempo de vida, visto que eram criados para atender objetivos políticos específicos e momentâneos. Em função disso, não encontramos exemplares em arquivos para realização das pesquisas, entretanto, por meio de reprodução de notícias encontramos algumas informações. Identificamos que nesse período houve impressão de mais de cem jornais, sendo periódicos, folhetins, semanários e conseguimos identificar jornais como: *O provinciano* (1936), *O Eco Alagoano* (1837), *Correio de Maceió*(1906), *O sementeiro*(1903), porém, o que mais se aproxima das práticas jornalísticas que se encontram instaladas até hoje foi identificado no embate que ocorreu entre Lisos e Cabeludos, advindos de posições dos partidos liberal e conservador criados no final da Regência. Esse importante momento da história alagoana foi muito bem concebido nas páginas de dois jornais: *O Alagoano* era um instrumento de representação dos Lisos, enquanto *A Voz Alagoana* difundia as ideias dos Cabeludos. Como se observa, os jornais eram utilizados para dar voz às ideias de grupos políticos. Essa dicotomia na política alagoana se perpetua até nossos dias, ressaltando que o perfil dos jornais sofre mudanças quando ocorre a participação efetiva do governo nas redações dos grandes jornais, influenciado nas notícias e fomentando as ideias de seus grupos políticos, em contrapartida divulga toda sorte de propaganda governamental nas páginas desses jornais, dando-lhes em consequência sustentação econômica.

A imprensa tem o dever de criticar o poder e os poderosos. Como podem os empresários-jornalistas exercerem, de forma, de forma independente, o dever da crítica se estão ligados, por vínculos estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar? Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública. A interpretação do público e privado define os limites do quarto poder.<sup>14</sup>

A censura e perseguição aos jornais de oposição sempre foi uma tônica na política alagoana desde as primeiras publicações, entretanto, se nos regimes ditatoriais ocorria impedimento de publicações e fechamento de jornais, em Alagoas, essa situação

---

<sup>14</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988. p.18 e 20.

agravava-se, pois o uso da violência física a jornalistas e proprietários de jornais inibia qualquer publicação que criticasse a administração estadual. *O Jornal de Alagoas*, que se inseriu no hábito de leitura diária do público maceioense, tinha em sua redação pessoas de destaque no meio literário alagoano, por isso passava credibilidade em suas notícias. Com isso, foi caracterizado como jornal de oposição em diversos momentos de sua existência e isso foi fator gerador de violência pelos governos que não admitiam essas críticas, pois essa elite política se considerava intocável.

A violência era tanta sobre a imprensa e mirando especialmente esse jornal, que o seu criador e diretor quase fora crivado de balas dentro de um bonde quando rumava a bebedouro com a esposa, a filha e a sobrinha, ambas menores. O autor dos tiros, denunciou, foi um juiz federal. Nessa época, o “Espantelho da Oligarquias” designação pela qual Silveira ficou conhecido, estava afastado da direção do jornal por ter assumido a Secretaria da Fazenda do Estado. A reação veio, em um artigo de fundo, provavelmente de sua lavra, na primeira página: “o **Jornal de Alagoas**” só deixará de circular depois que Luiz Silveira e o último de seus companheiros caírem ao punhal ou ao bacamarte dos covardes abencerragens das oligarquias, que inúmeras desgraças já têm causado a Alagoas”. Tratava-se da Oligarquia do Maltas.<sup>15</sup>

Os jornais em Alagoas, assim como acontecia em todo país, cumpria seu papel de repercutir os eventos sociais bem como as manifestações e fatos que aconteciam na política local. Alguns desses jornais desde seu nascedouro pertenciam a um grupo ou partido político, entretanto, por vezes surgiram a partir da inspiração de jovens idealistas, que tentavam lutar contra o poderio político e econômico dos poucos grupos familiares que ditavam as regras no estado de Alagoas. O exemplo mais antigo e concreto de jornal de oposição com essa característica foi o *Correio de Maceió* fundado em 1905, que se tornou uma lenda e referência para os jornalistas alagoanos que faziam oposição em Alagoas. Contudo, esses jornais invariavelmente enfrentavam crises financeiras em função das poucas divulgações comerciais, visto que os comerciantes locais evitavam entrar em conflito com o governo do estado. Diante disso, era comum em vários períodos de nossa história os jornais mudarem de proprietário e, como consequência, mudar as características de seus editoriais, passando de oposição para situação, fato esse

---

<sup>15</sup> Jornal de Alagoas 80 anos. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988. p. 20.

identificado com *O Jornal de Alagoas* após a revolução de 3 de novembro 1930, quando o interventor exerceu uma forte censura e mandou inclusive prender alguns jornalistas. Em 1933, Luiz Silveira, proprietário do jornal, o vendeu para o Partido Democrático de Alagoas que passou a ter controle total do estado nas suas publicações.

A crônica social, em forma de produção literária, foi perdendo a tradição até torna-se em registros sociais ou não, geralmente, bajulatórios. (...). Com o novo interventor veio o jornalista Pio Jardim, a quem foi entregue a editoria geral do jornal, escrevendo, inclusive, o artigo de fundo. Ele também trabalhava no palácio. Nesse tempo a redação já estava no andar superior, e o interventor gostava de ir ao jornal, sempre à noite.<sup>16</sup>

Quando avaliamos o poder de mando no Brasil República, observamos o papel de destaque da Igreja Católica e das forças militares constituídas, que são aos poucos substituídos pelas oligarquias agrárias, cujo maior ícone em Alagoas foi Euclides Malta. Essas forças têm no interior do estado suas bases eleitorais, e a população com uma dependência direta desses favores, fazem com que esses grupos tenham o domínio econômico e político, e, por via de consequência o controle das informações contidas nos jornais e ou periódicos. Tinham no jornal *Tribuna* o porta voz do partido dominante. Demonstrando esse controle da notícia, esse jornal foi extinto para em seu lugar passar a funcionar o *Diário Oficial de Alagoas* (1912). No que se refere a divulgação de notícias no campo das ideias, esse grupo teve como grande adversário político José Fernandes de Barros Lima, um dos responsáveis pelo *Correio de Maceió* (1906), principal jornal opositor até o surgimento do *Jornal de Alagoas*.

Na Era Vargas, essas oligarquias entram definitivamente em colapso político, mesmo tendo uma base econômica considerável e ainda influenciando nas eleições de alguns de seus candidatos. Nas pesquisas realizadas nos Jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, não detectamos nenhuma influência nas divulgações de notícias que pudéssemos vincular de forma direta a essas oligarquias, visto que passaram a ter menos acesso aos jornais da capital, ficando o seu poderio político nas cidades do interior, onde ainda mantinham seus “currais eleitorais”. Nesse período, os interventores e políticos

---

<sup>16</sup>Jornal de Alagoas 80 anos. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988. p. 49.

coligados tinham o poder político na capital bem como nas maiores cidades do estado e, com isso, passaram a ter o comando concreto nas publicações dos jornais em Alagoas.

No contexto dos anos de 1930 e 1940, a primeira observação a fazer é a tendência ao deslocamento das forças oligárquicas como centro de gravitação da ordem política. Observação que não pode, contudo, obscurecer o fato de sua permanência, embora decadente, no controle das funções econômicas fundamentais e também do jogo político em que apesar de tudo, continua sendo uma força decisiva. Em uma palavra, permaneceu, apesar da crise, como uma das bases fundamentais do Estado.<sup>17</sup>

Alagoas tem sua história pautada na produção de açúcar, base da economia local, e, em torno desse sistema, nasce uma elite agrária que formata as características sociais e políticas de nosso estado, criando em torno de si uma rede organizada que perpassa as contendas políticas e se instala no judiciário e nos meios de comunicação. A partir daí, estabelece um domínio familiar que se perpetua até nossos dias, com os cargos políticos sendo ocupados pelas mesmas famílias de forma vitalícia e hereditária.

---

<sup>17</sup>WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003. p.133.

## CAPÍTULO II

### 2. As tendências ideológicas na apresentação das notícias políticas

Para que possamos compreender melhor em que contexto se deu o embate entre o governo Vargas conhecido como Estado Novo e os jornais, um dos principais meios de comunicação naquele período, nesse capítulo analisaremos como se comportou a imprensa nacional, particularmente os jornais do Rio de Janeiro, capital da República, no período de janeiro a dezembro de 1945, e de que forma a apresentação dessas notícias demonstravam o viés ideológico dos proprietários dos jornais. Essa relação de litígio com a imprensa ocorreu em vários momentos dos seus governos, notadamente em 1939 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que coordenava todas as ações de caráter cultural da sociedade brasileira e tinha como objetivo precípuo a divulgação das ideias do Estado Novo.

Visando conseguir seus objetivos, o governo buscava uma aproximação com os trabalhadores. Utilizando-se principalmente da radiodifusão, criou o programa “Hora do Brasil”, principal elo entre o presidente e o povo, cujo principal interlocutor era o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. De acordo com a abordagem de Angela de Castro Gomes,

Durante praticamente todo o seu período ministerial de janeiro de 1942 a julho de 1945 – Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto todas as sextas-feiras, o jornal oficial do Estado Novo – *A Manhã* – publicava o texto que assim podia ser mais bem fixado pelo público.<sup>18</sup>

A comunicação se dava de forma simples e com temas específicos em cada fala para que atingisse uma camada mais ampla dos trabalhadores. Os relatos dos benefícios sociais e as ações da administração de Vargas que transformaram o Brasil

---

<sup>18</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed – Rio de Janeiro Editora FGV, 2005. p. 211.



demonstravam que naquele momento existia um Estado presente na vida dos brasileiros, ao contrário de seus antecessores, e essas informações eram rapidamente propaladas entre todas as categorias de operários, sem distinção de sexo ou idade. Para consolidar essa divulgação, Vargas adotou uma prática até então desconhecida no meio político, que era manter uma relação direta por meio de correspondência com os trabalhadores de todos os rincões do Brasil, que relatavam suas dificuldades e/ou admiração pelo presidente e, por vezes, tinham respostas do presidente. Com isso, Vargas estreitava as relações com a população mais pobre.

Nós abaixo assinados, levado pelo espírito patriótico de operários nesta cidade de Penedo. Estado de Alagoas, reunidos e cumprindo um dever de gratidão, levamos ao conhecimento de V. Excia. Que não encontramos nenhuma manifestação satisfatória dos operários desta terra no sentido de que seja a pessoa de V. Excia. Substituída no governo. E, aqui, estamos ao lado de V. Excia., não com o espírito político, mas como operários unidos e que compreendem os grandes benefícios prestados por V. excia.<sup>19</sup>

Entretanto, as propostas de Vargas que modificaram sobremaneira as relações entre capital e trabalho, descontentaram as elites em função das intervenções do Estado na economia e no mundo do trabalho. Porém, a grande massa de trabalhadores ligada aos sindicatos mantinha o apoio a Getúlio mesmo em um regime de exceção. Esta faceta do chamado populismo foi muito bem analisada por Weffort.

Como um produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas.<sup>20</sup>

Os avanços nas conquistas dos trabalhadores se solidificaram em 1943 com a criação das Consolidações das Leis do Trabalho, fortalecendo as relações de Vargas com os movimentos de base que lhes davam sustentação. Portanto, mesmo com uma política chamada pejorativamente de populista, os trabalhadores viam nessas propostas melhorias nas suas condições de sobrevivência, embora tendo muitos dos seus direitos ainda vilipendiados.

---

<sup>19</sup> FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 p.57.

<sup>20</sup> WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003. p.32.

Os trabalhadores, portanto, viviam um momento político muito especial. De um lado, eram forçados a trabalhar em condições em que não tinham vigência vários direitos sociais já garantidos por lei, e, de outro, eram conclamados a assumir um papel central na “batalha da produção” desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era o de ter outorgado esses direitos sociais.<sup>21</sup>

Entretanto, a conjuntura que passaremos a analisar, que desembocou na crise de 1945, tem como fator primário e fundamental as posições tomadas pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial de 1939-1945. Fato ressaltado por Michelle Reis de Macedo.

A luta contra o fascismo e pela entrada do Brasil na guerra mobilizou amplos setores da sociedade, inclusive adeptos do Estado Novo. Todavia, os opositores do regime aproveitaram-se desse momento para promover campanhas de oposição à ditadura. Criou-se uma contradição. Por um, lado o governo Vargas aliava-se às nações democráticas contra o autoritarismo do fascismo europeu; por outro, tratava-se de um regime cujo aparato repressivo ainda vigorava.<sup>22</sup>

Essas manifestações oposicionistas tomaram vulto e a partir de outubro de 1943, iniciou-se uma oposição aberta ao governo de Getúlio Vargas, tendo como ponto inicial uma carta que ficou conhecida como Manifesto dos Mineiros. Por meio deste documento, signatários intelectuais e membros de famílias tradicionais externavam suas posições favoráveis à redemocratização do país, movimento que ensejou uma série de manifestação de natureza similar. No entanto, a resposta do governo se deu apenas por ações de ordem administrativa, como demissões em empresas públicas e privadas, sem, entretanto, até aquele momento, fazer uso da força militar.

A despeito da excessiva importância atribuída a esse documento, o Manifesto dos Mineiros significou a ruptura dessa oligarquia com o Estado Novo. Além disso, embora não tenha apresentado nenhuma proposta concreta de derrubada do regime, foi a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada por um grupo até então ausente em qualquer manifestação pública.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed – Rio de Janeiro Editora FGV, 2005. p. 211.

<sup>22</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras 2013. p. 23.

<sup>23</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. – Ed.– Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.p. 29.

Foi a partir dessa situação conflituosa que viria a surgir os principais partidos que permearam a política nacional nesse período. Destacando-se o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que passaram a ser agremiações políticas de alcance nacional, ao contrário dos partidos até então existentes que eram apenas de representações regionais.

Em finais de 1944, acentuaram-se as tensões políticas no país, e como consequência, o colapso das políticas do Estado Novo. Diante desses fatos, a volta ao Estado democrático de direito era quase que irreversível. Nessas circunstâncias, Vargas que tinha estreitas relações com a classe trabalhadora fomentou a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que ocorreu em maio de 1945, e tinha entre outras perspectivas ampliar e unificar os trabalhadores em torno de um partido político, visto que a unidade que existia em torno dos sindicatos começava a entrar em declínio. Ressalta-se que essa organização ocorria basicamente nos maiores núcleos urbanos, e fazia-se necessário não só expandir para as áreas menos populosas, mas, acima de tudo, promover a ampliação das conquistas sociais para os demais trabalhadores.

Nesse sentido, a origem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) já estava dada. Não era mais possível ignorar a mobilização da classe trabalhadora, em parte resultado da implementação do projeto político estatal através das ações do ministro do Trabalho Marcondes Filho. Em sua formação o PTB ficou sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo e sua intenção era recrutar os trabalhadores e canalizar suas reivindicações, particularmente a manutenção das leis trabalhistas.<sup>24</sup>

Nessa conjuntura, e sofrendo grande pressão, Getúlio Vargas decretou em fevereiro de 1945 a lei constitucional nº 9<sup>25</sup> que estabelecia novas regras para as eleições, dando início a todas as contendas políticas que propiciaria, inclusive, a apresentação de candidatos postulantes ao cargo de presidente, tendo de um lado Eurico Gaspar Dutra e, representando a oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, o fato de maior destaque nesse episódio foi um movimento em defesa da permanência do Presidente

---

<sup>24</sup>. MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945**: trabalhadores na luta por direitos. – Ed.– Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 26 e 27.

<sup>25</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Em 25 de outubro de 2018.

Vargas que ficou conhecido como Queremismo, sendo esse um elemento que transformou toda a retórica não só dos políticos tradicionais como também foi fomentador de diversas análises dos jornais daquele ano.

Diante dessas circunstâncias os trabalhadores se agruparam em defesa dos seus direitos, decorrentes das políticas interpostas pelo governo Vargas, e, como consequência surgiu o Movimento Queremista, organização que fazia uma defesa sistemática da continuação Getúlio Vargas como presidente da República, sem, entretanto, ser um partido político. Porém as ideia e objetivos comuns foram fundamentais para que houvesse uma simbiose entre o PTB e o Queremismo.

O PTB foi, sem dúvida, uma das mais importantes bases de sustentação do Queremismo, mas as duas organizações não podem ser consideradas a mesma coisa, mesmo porque isso não era desejável. (..), “Portanto, fica claro que as linhas de confluência entre o PTB e o Queremismo, sempre existentes, estreitaram-se durante o ano de 1945 e que, até às vésperas do golpe, a campanha “Constituinte com Getúlio”, com sua decorrente candidatura, era hipótese considerada não só viável politicamente, como a que mais “emocionava o povo.”<sup>26</sup>

Essa aproximação entre o PTB e o Queremismo e o aumento das manifestações de apoio a Getúlio Vargas fizeram com que os jornais que claramente faziam oposição ao governo se posicionassem em suas notícias de forma a desqualificar esse movimento, e classificando-o como simplesmente uma extensão do Palácio Guanabara, então sede do governo (1937 – 1945).

Os jornais, no entanto, noticiavam o queremismo de uma maneira muito peculiar. Em natal, diz o Correio da Manhã, liam-se por toda a parte pichações nos muros e nas paredes com frases “queremos Getúlio” e” Viva o presidente Getúlio Vargas”. No entanto sugerindo a interferência a manipulação e financiamento governamental, completou: “liam-se em grandes letras bonitas pintadas de tinta azul, às vezes numa altura que demonstrava que pintores necessitavam de uma escada” A bela caligrafia, a cor da tinta e o uso de escadas., portanto, denunciavam a intervenção estatal, insinuava o texto.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13. jul.2002. p.3.

<sup>27</sup> FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 p.32.

O Movimento Queremista teve seu lançamento no Rio de Janeiro e atingiu dimensão nacional à medida que as eleições para presidente se aproximavam. Com isso, passou a fazer parte dos noticiários de jornais em estados onde esse movimento não tinha manifestações públicas com a amplitude dos estados do sudeste; e isso era uma prova incontestável da importância do Queremismo. Portanto, para a oposição ao governo, fazia-se necessário convencer o eleitorado da incoerência das ideias de manter Getúlio no poder. Segundo o *Jornal de Alagoas*,

Os “queremistas” descobriram ontem um argumento em favor do “queremos”. Esse parto laborioso era esperado a semanas. Veio à luz, o curto raciocínio que esses primários pretendem agora transformar em bandeira de combate. O famoso decreto adicional n. 9 declara: “são inelegíveis os que não podem ser eleitores”. Então os “queremistas” argumentando “a contrário censu” concluem: Todos os que podem ser eleitores, são elegíveis. Logo o Sr. Getúlio Vargas, alistado eleitor, preenche perfeitamente as condições de elegibilidade, deve ser inscrito na lista dos candidatos e, se for eleito, não haverá impedimento legal para que se prolongue suavemente de governo a governo.<sup>28</sup>

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em julho de 1945, sendo constituído como base de apoio ao governo, visto que foram os interventores nomeados por Vargas que encabeçaram a sua fundação. Mesmo com divergências pontuais no que se referia ao alcance do partido, a composição dava uma capilaridade a nível nacional, fator precípuo para a disputa com reais condições de vitória à presidência da República como podemos observar em suas propostas iniciais, e a participação direta das lideranças de vários estados, segundo relatos contidos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (*CPDOC*) quando da criação do partido.

Assim, já em fins de 1944 passaram a se reunir no Rio de Janeiro, no apartamento do interventor Benedito Valadares (MG), os interventores Ernâni Amaral Peixoto (RJ), Fernando Costa (SP), Agamenon Magalhães (PE), Valadares e o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth. Nas primeiras reuniões, os participantes se dividiram: enquanto Amaral Peixoto, Agamenon e Dodsworth eram favoráveis a partidos nacionais, Fernando Costa e Valadares defendiam a constituição de partidos regionais. Consultado, o presidente da República deu apoio à tese dos partidos nacionais.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 14 de setembro de 1945. p. 3.

<sup>29</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Hipólito, Lucia. Em 02 de setembro de 2017.

Em Alagoas, uma das principais lideranças do PSD foi Ismar de Góis Monteiro, político e militar alagoano que, sob a égide do Estado Novo, foi interventor entre os anos de 1941 a 1945, e nesse mesmo ano elegeu-se senador da República. Ressalta-se que mesmo em um momento que se configurava o estado de exceção, os principais jornais de nosso estado – *Gazeta de Alagoas*, particularmente nos editoriais do jornalista Costa Rêgo e *Jornal de Alagoas* de forma mais contundente demonstravam em suas matérias ser oposição ao presidente Getúlio Vargas, com seu afastamento da presidência, essas manifestações foram direcionadas aos partidos que deram sustentação a Vargas, notadamente o PSD e o candidato Eurico Gaspar Dutra, mostrando os problemas do partido e exaltando Eduardo Gomes, como se observam em reportagens durante o período eleitoral até dezembro de 1945.

Crise no seio no PSD de Alagoas: a publicação da chapa no Partido Social Democrata deu lugar a grave crise no seio da referida agremiação. Figuras expressivas da mesma estão abandonando-a em virtude de terem discordado de nomes apresentados.<sup>30</sup>

Chega-se, afinal aos últimos dias da atual campanha política, a uma situação de plena definição das forças políticas brasileiras: de um lado, apoiando o General Dutra, as correntes reacionárias do país, à frente os integralistas, e do outro as forças sinceramente democráticas que vão eleger o Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.<sup>31</sup>

Paralelo a adesões de partidos políticos e do Movimento Queremista ao presidente, outros grupos políticos se organizavam para fazerem oposição, por meio de alianças. Contrapunham-se às políticas praticadas por Vargas e sua forma de governar, que provocavam uma relação antagônica de amor e ódio entre seus admiradores e adversários. Esse viés político de Vargas foi um fomentador do surgimento de partidos de oposição.

Sem dúvida, Getúlio Vargas foi figura definidora no processo de transição para a democracia, seja pela adesão, seja pela oposição. Tanto PSD quanto o PTB, a despeito de suas diferentes bases de apoio, tinham como fonte de inspiração o prestígio do ditador e estavam ligados a ele. Por outro lado, a imagem do presidente, também fundamentou, pela crítica e pelo ódio, a formação da UDN, o partido adversário.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 19 de novembro de 1945. p. 3.

<sup>31</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 22 de novembro de 1945. p.1.

<sup>32</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 a 1980)**. Maceió: EDUFAL, 2014. p.50.

Com as contendas políticas aflorando em todo o país, em 7 de abril de 1945 é fundado a União Democrática Nacional (UDN), surgido a partir dos partidos de âmbito estadual, formado por diversos grupos divergentes, porém, em sua essência liderados por oligarcas que perderam parte do poder após 1930. Observa-se que tinham em suas cartas ou estatutos linhas de pensamentos e teses diversas; encontrava-se em seu bojo ideias conservadoras e liberais, porém, o que tinham como ponto de convergência era a oposição ao governo Vargas.

Em Alagoas, as principais lideranças de oposição a Getúlio Vargas tinham na imprensa, e, particularmente nos jornais, a mola propulsora para difusão de suas posições políticas de oposição a Getúlio, e que se observa mais claramente em suas páginas a partir de junho de 1945 com a perspectiva de eleições presidenciais. Isso pode ser visto quando são feitas análises dos grandes problemas nacionais. Nesse momento, fica explícito o apoio à UDN e, por via de consequência, ao seu candidato Eduardo Gomes.

O brigadeiro Eduardo Gomes, nos seus discursos de candidato à presidência da República, não está fazendo propriamente uma campanha de propaganda política, mas de verdadeira educação democrática. Em vez de visar apenas a conquista de votos para o seu nome, empenha-se no mais amplo debate dos problemas nacionais, submetendo-se a uma análise penetrante e encaminhando-os as melhores soluções. (...) O problema da educação foi talvez o mais descuidado pela ditadura. Aliás, nada mais lógico porque os regimes autoritários, que só confiam na força material, vivem à sombra da ignorância popular, mistificando as massas com realizações artificiais e afeiçoando-as aos seus interesses de mando discricionário.<sup>33</sup>

Com esse novo agrupamento de ideias inseridas nesses partidos, o governo Vargas passou a discutir formas para os novos enfrentamentos políticos e estratégias para manutenção de sua base eleitoral, visto que a UDN, partido de oposição ao governo, pregava as eleições imediatas para presidente da República, enquanto outros partidos defendiam uma promulgação de uma nova Constituição e posteriormente seriam realizadas as eleições, atendendo as definições legais nela contidas, que ampliariam as eleições para governos estaduais e assembleias legislativas. Essas divergências começaram a minar internamente o governo Vargas, até o ápice da crise em 1945.

---

<sup>33</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 5 de setembro de 1945. p. 2.

## 2.1 A imprensa no início dos embates políticos e o Movimento Queremista

Até 1944, o cerceamento da imprensa por parte do governo Vargas foi uma tônica, a efetividade dessas ações ocorria por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha o controle das publicações dos jornais oposicionistas. Nesse litígio, podemos visualizar como divisor de águas uma entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda no jornal *Correio da Manhã*, em que fez uma crítica contundente à falta de liberdade de imprensa no Brasil. Ressalta-se que José Américo apoiou Vargas em 1930, chegando a fazer parte do governo como ministro de Viação e Obras Públicas, e posteriormente rompeu com Getúlio Vargas. Entretanto, essa aproximação com o governo e o conhecimento de suas ações lhe davam grande credibilidade e isso causou um maior impacto em suas declarações, e a partir desse momento, passou a assumir uma postura oposicionista que culminou com sua participação na campanha de Eduardo Gomes à presidência, inclusive criticava de forma contundente o movimento Queremista.

Depois do discurso do Brigadeiro Eduardo Gomes, usaram da palavra o chanceler da vitória, dr. Osvaldo Aranha e o ministro José Américo, sendo continuamente aplaudidos em certa altura do seu discurso disse o senhor Osvaldo Aranha: a nossa luta não é por posições nem contra pessoas. E' pelo regime republicano. Falam na "mare nazi-facista e se renova no queremismo e no dutrismo."<sup>34</sup>

Nesse ambiente de disputa, os jornais definiram suas posições políticas de forma bem clara, e nessa conjuntura destacaram-se como oposicionistas o *Correio da Manhã*, jornal carioca fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Esse jornal na revolução de 1930 mantinha uma posição dúbia com relação ao governo Vargas, entretanto, a partir de 1931 aderiu ao movimento paulista pela constitucionalização, movimento que chegou ao seu ápice em 1932 com a revolução constitucionalista. Tendo a frente de sua redação o jornalista e político Costa Rêgo, e mesmo sofrendo censuras e ameaças de fechamento, o jornal manteve-se na oposição até a queda de Getúlio Vargas em 1945.

Em 1945, no momento em que Getúlio Vargas começava a perder o controle da situação, o *Correio da Manhã* publicou, no dia 22 de

---

<sup>34</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 15 de setembro 1945. p. 4.



fevereiro, uma importante entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Nessa entrevista, de extrema ousadia para o momento, José Américo criticava abertamente o Estado Novo e reivindicava a convocação de eleições, abrindo assim o caminho para outras manifestações da oposição na imprensa, já que pela primeira vez o DIP não esboçou qualquer reação. A entrevista com José Américo passou a ser posteriormente uma espécie de referencial das posições liberais do jornal, sendo citada com destaque nas edições comemorativas subsequentes.<sup>35</sup>

Outros importantes periódicos de oposição ao Estado Novo foram os jornais o *Diário da Noite*, jornal carioca fundado em 1929, e *O Jornal* fundado em 1919 e que pertenciam ao grupo de Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados. Destaca-se que em 1930 manifestou-se favoravelmente à candidatura de Getúlio Vargas contra Júlio Prestes, mas, tal qual outros jornais, mudou seus posicionamentos políticos durante os governos Vargas, culminado com uma oposição sistemática no ano de 1945.

Com o crescimento do movimento queremista, que defendia a permanência de Getúlio no poder, os conflitos se ampliavam entre as forças opositoras, portanto, os órgãos de imprensa como *Correio da Manhã*, insistiam na linha editorial que esse movimento era apenas de uns poucos elementos que recebiam favores do governo. Já o *Diário da Noite* explicava a popularidade do Presidente como fruto de propaganda demagógica do Estado e, mesmo nas comemorações em que Vargas conseguia juntar multidões para ouvi-lo, a imprensa distorcia o ocorrido e fazia duras críticas.

Segundo *O Jornal*, o pronunciamento de Vargas no 1º de maio, agora sem os recursos da ditadura, não passou de um fiasco: Foi bastante infeliz o discurso do presidente Getúlio Vargas no estádio do Vasco. O público ouviu-o com desgosto e a opinião unânime é de que aquela peça traduz os profundos ressentimentos de que está possuído o chefe da ditadura, nesse crepúsculo do seu governo.<sup>36</sup>

Contrastando com a maioria dos jornais cariocas, *O Radical*, jornal diário fundado em 1932 por Alberto Lins de Barros, a época chefe de polícia do Distrito Federal que apoiou Getúlio Vargas em todos os momentos, desde o governo provisório até seu

<sup>35</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Leal, Carlos Eduardo Em 12 de setembro de 2017.

<sup>36</sup> FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 22 e 23.

afastamento da Presidência da República, e trouxe como particularidade em seus artigos o apoio às causas trabalhistas, ou seja, dirigia-se diretamente aos trabalhadores e às camadas mais pobres da população expondo suas conquistas. Com o avanço da crise de 1945, sobressaiu-se não só dando voz às ações e propostas do movimento queremista como também apoiou a candidatura de Eurico Dutra à presidência da República.

O Radical, defensor solitário da candidatura de Eurico Dutra, advertia sobre a campanha desencadeada pela grande imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a legislação trabalhista, cujo objetivo era, simples, aboli-la. A freguesia desses jornais denunciou O Radical, é aquela que o povo designa de “grã- finos”, abandonando o proletariado a sorte, embora saibamos que “dar expressão aos interesses dos ricos é sempre mais confiável e mais remunerada” Assim conclui o editorial, “ a legislação trabalhista é obra do presidente Vargas” e não passa de atitude ridícula e de má fé a “oposição pseudodemocrática” transformar “um velho assalariado do capitalismo internacional “ – Eduardo Gomes  
- “em Patrono do operariado.”<sup>37</sup>

A visão de Michelle Reis segue reafirmando a perspectiva parcial da imprensa, procurando desconstruir todas as virtudes do trabalhismo de Vargas. Segundo a autora, era muito complexo para a elite compreender as causas que faziam com que os trabalhadores mantivessem o apoio incondicional a Vargas mesmo em um período ditatorial, em que alguns direitos políticos eram restringidos. Os jornais reafirmavam que as ações de Vargas eram totalmente infundadas e que não garantiam ganhos permanentes aos trabalhadores, apenas umas poucas conquistas pontuais, e que alcançavam grande dimensão em função da baixa capacidade intelectual de discernir como o ditador estava usando-os em benefício próprio. Nas palavras da autora,

Para a imprensa liberal, o sucesso desse pérfido projeto estatal teria sido facilitado pela ingenuidade e ignorância das classes populares, envolvidas por promessas vazias e, por isso, incapazes de enxergar a realidade em que viviam.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 29.

<sup>38</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p.47.

Para que se mantivesse no poder, Getúlio via a necessidade não só da organização dos trabalhadores urbanos bem como seu efetivo ingresso nas discussões políticas, evitando com isso o retorno dos grupos que estiveram à frente dos governos anteriores sob a égide de famílias e de uma elite de grandes proprietários rurais. Portanto, o fortalecimento desses trabalhadores passaria fundamentalmente pela sua aproximação com partidos políticos, notadamente o PTB, mesmo levando em consideração a heterogeneidade, visto que naquele momento os ideais liberais espalhavam-se pelo mundo mesmo antes do fim da 2ª Guerra Mundial. Esse modelo político contrapunha-se ao Estado Novo, e esse grupo via na UDN a possibilidade de articular uma oposição sistemática e com a perspectiva de resgate de seus imaginários liberais.

(...) a UDN ratificou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e uniu-se em torno de preceitos básicos do liberalismo, como liberdade de imprensa e associação, anistia, sufrágio universal e restabelecimento da ordem jurídica. Para os udenistas, o contexto externo de vitória dos Aliados e o contexto interno de crise da ditadura lhes eram favoráveis.<sup>39</sup>

Nessa composição de forças ressurgiu em 1945, o Partido Comunista do Brasil (PCB) criado em 1922 com ideais socialistas, e que tinha em Luís Carlos Prestes a sua principal liderança. Observa-se que o partido em alongados momentos de sua história atuou na clandestinidade. Quanto a sua relação com Getúlio Vargas quase sempre foi antagônica, visto que na revolução de 1930, por não concordar com essa causa, manteve-se afastado de Vargas; em 1935, quando foi duramente perseguido após a chamada Revolta Comunista, e posteriormente em 1937 quando iniciou o Estado Novo. Entretanto, mesmo tendo sido perseguido durante toda a Era Vargas, Prestes surpreende a todos e em 1945 apoia o Movimento Queremista na perspectiva da convocação de uma Constituinte com Getúlio, fato não bem aceito por membros do governo Vargas, que buscavam apoio ampliando suas bases, porém não queriam ver explicitada essa composição com o PCB, pois ainda existia certa resistência da sociedade com relação aos comunistas, e a propaganda norte-americana anticomunista refletiu sobremaneira na sociedade brasileira. Porém, com o afastamento de Vargas, e o ressurgimento do PCB para a legalidade em outubro desse mesmo ano foi lançando Iedo Fiúza como candidato à disputa presidencial.

---

<sup>39</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 27.

Durante meses de sua existência, o movimento queremista mostrou-se bastante dinâmico, evoluindo e adquirindo maiores proporções. E para o desespero das elites, recebeu a participação de Luiz Carlos Prestes que, inclusive, formulou o lema “constituente com Getúlio”. Trabalhistas e comunistas juntos, pela primeira vez, uma aliança que se repetiria em outros contextos.<sup>40</sup>

O conservadorismo era uma tônica na elite do Rio de Janeiro, fato constatado em comícios que ocorriam em estádios de futebol, onde os membros dessa sociedade compareciam com roupas finas, as senhoras usando chapéus e até as manifestações de apoio ao candidato da oposição eram discretas e as saudações eram feitas com lenços, portando-se como se estivessem em um evento social. Contrariando todas essas formalidades, os participantes do movimento queremista, via de regras trabalhadores tão vilipendiado pelos patrões, buscavam o seu espaço na sociedade lutando pela ampliação das conquistas trabalhistas, em manifestações com faixas, cartazes e gritos de apoio a Getúlio, indo inclusive para o confronto físico com os que lhes fizessem oposição e com a polícia quando tentavam impedir suas manifestações. Por isso eram vistos pelos conservadores como bárbaros e baderneiros, e não conseguiam entender como poderiam apoiar um ditador. Entretanto, Michelle Reis coloca uma luz sobre esses questionamentos.

De alguma forma, seus interesses, materiais e simbólicos, foram reconhecidos pelo Estado varguista, o que os motivou a optarem pelo apoio a Getúlio Vargas. Diante da forte herança escravista, esses grupos sociais lutavam pela construção de uma identidade positiva do trabalho e do trabalhador na Primeira República. Num período em que os direitos civis eram restritos às elites e os direitos políticos destituídos de legitimidade, os trabalhadores reivindicavam a cidadania social ainda inexistente.<sup>41</sup>

Mesmo diante das candidaturas de Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra já lançadas e com destaque na grande mídia e na cobertura de comícios, ficava claro que para a maioria do eleitorado o grande detentor dos votos era Getúlio Vargas, mesmo afastado da disputa à Presidência da República. Se por um lado o candidato da UDN não tinha empatia com a classe trabalhadora, fato comprovado em vários artigos que exibiam

---

<sup>40</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 a 1980)**. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 52.

<sup>41</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 60.

os desastrosos encontros com lideranças sindicais, por outro, o candidato do PSD era tido pelos trabalhadores como traidor e um dos responsáveis pela queda de Vargas, portanto não mereciam seus votos. Assim sendo, só restava ao grupo que apoiava Eduardo Gomes propalar que Vargas não seria candidato e que não apoiaria Dutra. Partindo dessas análises, só restava aos jornais que apoiavam a UDN usar de técnicas jornalísticas de persuasão para induzir o leitor a não só acreditar como também difundir essas notícias e, com isso, inflar essa candidatura, e para isso reproduzia em suas notícias a certeza de sua vitória em função do apoio popular.

Embora os discursos do brigadeiro, escrito por Prado Kelly e repleto de citações históricas e jurídicas, fossem absolutamente incompreensíveis para os trabalhadores, seus comícios eram noticiados com grande antecedência pela imprensa. Recorrendo a imagem que sugeriam entusiasmo e mobilização popular pela candidatura da UDN, as manchetes procuravam convencer o público da vitória certa e praticamente inevitável da oposição.<sup>42</sup>

Portanto, mesmo com todos os ataques sofridos, tanto pelos partidos de oposição bem como pelos grandes jornais procurando desqualificar esse movimento, as análises historiográficas demonstram que o Movimento Queremista foi um amplo movimento dos trabalhadores que se expandiu para as camadas mais pobres da população, e por certo tornou-se uma âncora de sustentação nos momentos de maior dificuldade do governo Vargas em 1945. Ressalta-se que a decisão de Getúlio Vargas em apoiar Dutra foi fator preponderante no resultado das eleições daquele ano, porém sem a participação efetiva dos queremistas nos comícios e na divulgação das posições de defesa das conquistas da classe trabalhadora que Eurico Gaspar Dutra passou a assumir, alguns analistas entendem que o resultado das eleições por certo seria outro.

Deste modo, ao avaliarmos de forma simplista o resultado dessas eleições, apenas como uma disputa entre Eurico Dutra e o Eduardo Gomes, deixamos de ver a eleição como um todo. Com olhar mais aguçado, é possível concluir que o grande vitorioso foi Getúlio Vargas. Além disso, ele disputou uma vaga no Senado ou Câmara Federal e foi eleito pelo PTB, senador por São Paulo e Rio Grande do Sul e para deputado

---

<sup>42</sup> FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 37.

federal em sete estados. Quando analisamos a situação de Alagoas foram eleitos para o Senado dois candidatos do PSD: Cícero Vasconcelos e Ismar de Góes Monteiro, da base de apoio a Vargas. Essa vitória ocorreu também para deputado federal, em que o PSD elegeu seis de seus candidatos, sendo eles Silvestre Péricles de Góis Monteiro, Medeiros Neto, Lauro Montenegro, José Maria de Melo, Afonso de Carvalho e Farias Júnior. Enquanto a UDN elegeu três: Freitas Cavalcanti, Rui Palmeira e Mário Gomes de Barros. Esses resultados são ampliados quando se observa que dez ex-interventores indicados por Getúlio foram eleitos. Esse prestígio de Getúlio Vargas pode ser retratado em uma frase. “Se Getúlio fosse candidato à Presidência da República, as demais candidaturas desapareceriam como espuma”,<sup>43</sup>. Portanto, Vargas foi afastado da Presidência da República, porém continuou ativo na vida política do Brasil, demonstrando que os seus seguidores, notadamente os trabalhadores via-o como seu maior representante.

---

<sup>43</sup>MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 157.

### CAPITULO III

#### **3. Grupos que influenciaram as posições políticas dos jornais em Alagoas**

No ano de 1945, circulavam em Alagoas os jornais *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*, que passaremos a analisar a partir das posições políticas observadas em suas publicações. Para que possamos estabelecer pontos convergentes e divergentes dessas notícias passaremos a ponderar como se encontrava o quadro político em Alagoas no ano de 1945.

Com o Golpe de 1930, instalou-se o governo provisório, interrompendo com os poderes da República oligárquica. Nesse contexto foi instituída a figura do interventor, pessoa de confiança do presidente designada para governar os estados e que em via de regra eram militares. Em Alagoas, o interventor era Ismar de Góes Monteiro, militar de carreira nomeado em janeiro de 1941 e permaneceu até 1945.

Pertencente a uma família com grande participação política e administrativa no Brasil e não apenas em Alagoas, seus irmãos participaram da vida política em vários momentos. Silvestre Péricles de Góes Monteiro foi deputado federal, senador e governador de Alagoas, Edgar de Góes Monteiro substituiu Ismar como interventor após a queda de Getúlio Vargas, porém, Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi a sua maior liderança em nível nacional, tendo participado de forma destacada em vários conflitos durante o governo Vargas, fatos que influenciaram em sua escolha para Ministro da Guerra. Assim sendo, passou a ter também um grande envolvimento nas questões políticas. Essa sua participação na política o levou a ser eleito em 1947, senador da República pelo PSD. Portanto, sua proximidade com Getúlio Vargas refletia sobremaneira nas querelas política de Alagoas.

Alagoas é o Estado de nascimento do general Góes Monteiro. O interventor é seu irmão. O partido do governo tem como presidente

de honra o delegado no Rio o próprio ministro da guerra. Tais violências, portanto, devem estar surpreendendo o ministro que tão alto tem falado a nação. A vítima da inominável arbitrariedade do interventor, mandando busca-la, presa, ao palácio do governo para receber ameaças e impropérios, é o um advogado ilustre, tanto assim que é o presidente da Ordem dos Advogados de Alagoas.<sup>44</sup>

O jornal *Gazeta de Alagoas*, foi fundado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira, em 25 de fevereiro de 1934. Silveira foi deputado federal em quatro legislaturas entre 1918 e 1929; em 1945 foi eleito suplente para a constituinte pelo PSD, partido fundado sob a autoridade dos interventores, ficando, pois, caracterizado qual a linha editorial do seu jornal.

Nesse período o mundo vivia a expectativa do final da Segunda Guerra Mundial, que viria a acontecer em agosto de 1945, e nesse contexto as notícias mais relevantes eram referentes à Guerra e aos eventos sociais locais e decisões administrativas do governo de Alagoas, porém identificamos em seus editoriais, como foi o caso do texto editorial “A FALA DO PRESIDENTE” veiculado no dia 4 de janeiro de 1945, em que o Vargas regozijava-se com o heroísmo dos soldados brasileiros em campos de batalhas na Europa, e mesmo em um regime ditatorial e naquele momento sem uma perspectiva real de mudanças políticas, o jornal já colocava o seguinte texto:

Em verdade, como assevera mesmo o primeiro magistrado da nação, as perturbações demagógicas, as agitações tribuniciais, prematuras, ameaçadoras da tranquilidade pública, apenas podem servir para estorvar a consonância de interesses de grupos, o entendimento comum das correntes e pensamento. Tudo vira a seu tempo e sob o absoluto império da ordem e da lei.<sup>45</sup>

Em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Estado Novo estabeleceu não só a censura aos meios de comunicação com seu efetivo controle, mas acima de tudo buscou padronizar as notícias procurando descaracterizar o viés ideológico que pudesse surgir em algum jornal, notadamente os do Rio de Janeiro e

<sup>44</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 1 de setembro de 1945. P.1

<sup>45</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 4 de janeiro de 1945, p. 1.



São Paulo que faziam oposição sistemática a Getúlio Vargas, muito em função do Golpe de 1930 com a quebra de poder dessas oligarquias. Nessa contenda, os proprietários de jornais buscavam restaurar a ordem e com isso suas notícias não eram isentas de ideologias.

Hoje é sabido que um órgão da imprensa está sempre defendendo posições, querendo formar opiniões, ao vender informações. É justamente isso que permite ao historiador detectar a posição político-ideológica do jornal, ou seja, o que pensam da política e qual a visão da realidade que em os proprietários ou diretores do jornal, ou melhor, o grupo social que eles representam.<sup>46</sup>

O jornal *Gazeta de Alagoas* não apenas reverenciava as palavras do presidente Vargas, mas dava espaço e voz aos seus apoiadores e no caso particular quando se tratava dos Góes Monteiro, irmão do interventor de Alagoas e, nesse sentido, estreitava as relações com o poder político local, como veremos no seguinte texto:

Por isso, mais uma vez, o presidente Getúlio Vargas deixou marcado na alma e no coração do povo e seu profundo sentimento de brasilidade ao executar a sua vontade de colocar a sua pátria na evidência a qual ela tem direito por todos os títulos quando confiou ao ilustre General Góis Monteiro essa importante representação na república oriental, porque esse ato além de ter repercutido favoravelmente em toda nação gravou-se a mais profunda homologação na alma popular onde o General Góes Monteiro goza de toda estima, toda confiança e de toda admiração.<sup>47</sup>

Nas análises que realizamos nos artigos do jornal *Gazeta de Alagoas* conseguimos identificar um contraponto aos editoriais em artigos de Pedro da Costa Rêgo, Jornalista, escritor e político, que escreveu para a *Gazeta de Alagoas* e *Correio da Manhã*. Como jornalista, dividiu as pautas dos jornais com nomes como: Aurélio Buarque, Graciliano Ramos e Otto Lara Resende; abraçou a carreira política e, em Alagoas, foi Deputado Federal, Senador e Governador entre (1924 e 1928); em 1945, tomou parte da criação da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Getúlio Vargas. Como jornalista do *Correio da Manhã*, tinha seus artigos publicados com

<sup>46</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **O que e História**. 2ª ed. Ed. Ver. – São Paulo: Brasiliense, 1993. – (Coleção primeiros Passos); 17. pp. 64,65.

<sup>47</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 12 de fevereiro de 1945, p. 4.

exclusividade para Alagoas no jornal a *Gazeta de Alagoas*, no início de 1945, e em seus artigos observa-se as críticas ao regime, e particularmente a subserviência da imprensa, como se ressalta no seguinte texto.

Já vimos como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) poderia na realidade chamar-se de DIC (Departamento de Imprensa Calada). O público não conhece ainda o meio principal que o Estado Novo encontrou para amordaçar a imprensa. Imagina-se que as penas impostas pela censura era a prisão de jornalistas ou o fechamento de jornais. (...). Se o jornal desobedecia a essas ordens, determinava-se contra êle a suspensão dos benefícios da taxa especial, sem as quais o preço do papel se elevava, tornando-se inacessível às empresas jornalísticas.<sup>48</sup>

Nas apreciações das matérias contidas na *Gazeta de Alagoas* identificamos que os assuntos que continham divergências ideológicas ou críticas ao governo Vargas em sua grande maioria não eram assinadas por jornalistas locais e sim transcrições de jornais do Rio de Janeiro. Assim sendo, as notícias que convergiam para os princípios políticos do governo eram contidas nos editoriais e demais espaços nos jornais como podemos ver no texto, “O PENSAMENTO DE ALAGOAS É O DO BRASIL”.

O pensamento político do interventor Góes Monteiro, sobre o momento nacional, segundo expôs agora numa entrevista à imprensa, é um pensamento equilibrado, em acordo com a sensatez peculiar as manifestações de s. excia. (...). Um governo, como o nosso, cuja atuação vem sendo pautada em normas democráticas, não poderia agir diferente do que declara, pela voz autorizada do Interventor Góes Monteiro.<sup>49</sup>

Notamos que mesmo com uma censura permanente e próximo a extinção do DIP que se deu em maio de 1945, fato largamente propagado pela imprensa como um evento positivo que vislumbrava a perspectiva de volta ao regime democrático, a *Gazeta de Alagoas* mantinha sua fidelidade ao governo alagoano que conservava o controle das notícias locais, com a participação direta do interventor. O jornal, todavia, dava não só destaque às ações de Vargas e de Ismar de Góes Monteiro, como também admitia que não existia censura em Alagoas, fato que era comum em outros estados; isso ocorria quando em suas notícias davam voz ao interventor que apregoava a liberdade plena em Alagoas.

<sup>48</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 04 de fevereiro de 1945, p. 4.

<sup>49</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 15 de fevereiro de 1945, p. 3.

A liberdade da imprensa, que nos desfrutamos – e quereríamos fosse assinalada em todos os Estados do Brasil – e condição “si ne qua non” para a existência dum quadro realmente democrático. Sem liberdade de imprensa e tribuna, nenhuma outra liberdade poderia existir. (...) sem o propósito de aproveitarmos do desregramento, aplaudamos, pois, o levantamento da censura, já efetivo em quasi todo pais e há muito nosso conhecido, em Alagoas.<sup>50</sup>

No plano internacional, as consequências das políticas contra o Nazifascismo refletiram diretamente no Estado Novo, tendo em vista a política autoritária adotada por Vargas de unificação do país sobre sua tutela. Para que isso se efetivasse, o governo adotou um controle sistemático dos meios de comunicação de massas, e essas práticas tinham vertentes de um Estado fascista, que naquele momento grande parte do mundo repudiava. Somando-se a isso internamente, a classe média das grandes cidades iniciava os protestos em função do aumento do custo de vida, insatisfação de militares, bem como a manutenção do regime ditatorial no Brasil, enfraquecendo com isso a política de Vargas. Como reação,

O presidente Vargas quis aproveitar o momento para reafirmar o compromisso solene, assumido perante o povo e as classes armadas de não poupar esforços para a livre manifestação da vontade geral. Nada reclamando para si e declarando não ser candidato, s. excia. manifesta a intenção de permanecer no posto que se encontra porque tem deveres a cumprir.<sup>51</sup>

Em decorrência da convocação das eleições, os jornais passaram a destacar toda a movimentação na construção das candidaturas e seus potenciais candidatos. Dessa forma, a *Gazeta de Alagoas* passou a abordar essa matéria com mais frequência em seu editorial e definia de forma clara qual o viés político do jornal, e mesmo com apresentação das candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra, as mostras de apreço e apoio à candidatura de Vargas eram manifestadas por seus apoiadores nos seus artigos, como se pode se observar na fala do coronel Raimundo Siqueira Campos.

A obra administrativa do presidente Getúlio Vargas exige, impõe mesmo aos brasileiros uma votação absoluta que o reconduza ao cargo, afim de que não sofra a admirável tarefa que tanto tem engrandecido a nação.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 13 de março de 1945. p. 3.

<sup>51</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 03 de março de 1945. p. 3.

<sup>52</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 07 de março de 1945. p. 1.

O *Jornal de Alagoas*, com circulação diária, porém, com edição média de apenas quatro páginas, foi fundado em 1908. Em 1945 era órgão dos “Diários Associados”, grupo de comunicação fundado por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, nascido em Umbuzeiro na Paraíba, que como jornalista foi redator chefe do *Jornal do Brasil*. Em 1924, os Diários Associados expandiram-se pelo Brasil, chegando a ser o maior conglomerado de comunicação, do qual faziam parte rádios, jornais, gráficas e televisões. O seu envolvimento com a política o levou a participar da Aliança Liberal, um grupo de oposição de caráter nacional com o objetivo de apoiar para presidência da República Getúlio Vargas, em 1929. Entretanto, no início da década de 1930 rompe com o governo e passa a fazer uma oposição sistemática, principalmente nas eleições de 1945, quando apoiou Eduardo Gomes.

Ao final de 1931 começaram a surgir suas primeiras divergências com o governo provisório. Chateaubriand, ligado ao grupo composto por Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e Raul Pilla, clamava pela rápida reconstitucionalização do país, temendo o estabelecimento definitivo de um governo ditatorial. Apoiou assim a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, e em função disso sofreu o confisco da sede e da maquinaria de O Jornal, órgão líder da cadeia dos Diários Associados, e recebeu uma ordem de deportação.<sup>53</sup>

No início de 1945, o jornal era praticamente ocupado com notícias sociais, propaganda de casas comerciais, anúncios de profissionais liberais, informações sobre a administração estadual e poucas notícias de ordem política local, dando um maior destaque às notícias nacionais. Todavia, quando redigiam suas crônicas, mesmo sendo oposição, eram para fazer destacadas referências sobre os avanços sociais e econômicos do governo Vargas, porém identificamos o texto intitulado de nota carioca, escrito por Vitor do Espírito Santo, que naquele momento já buscava apresentar a imagem de homem popular de Eduardo Gomes.

Sempre considerei o major brigadeiro Eduardo Gomes uma figura inteiramente desconhecida no seio das classes humildes. Retraído por índole, “O BRIGADEIRO”, como simplesmente é chamado os meios aeronáuticos do país (embora sejam diversos os oficiais que teem aquele posto, Eduardo Gomes continua a ser O BRIGADEIRO, foge

---

<sup>53</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Assis Chateaubriand. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira\\_republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira_republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf)>. Acesso em: 20, nov.2017.

sempre do contacto com o público e, tímido que é tem verdadeira ojeriza à publicidade).(…), e eu que julgava o BRIGADEIRO um homem desconhecido para o público fiquei sabendo que as suas qualidades invulgares já transpuseram, apesar dele mesmo, o vasto círculo de suas dedicações para infiltrar-se também nas massas.<sup>54</sup>

A partir de março de 1945, as contendas políticas vão acirrando-se de forma que perpassam as páginas dos jornais e os conflitos tomam conta das ruas das principais capitais do país, de maneira especial, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os defensores de Vargas exigiam a sua permanência, não aceitando de nenhuma forma a candidatura Dutra. Por outro lado, o desgaste do Estado Novo é a mola propulsora para a exigência do retorno da democracia ao país, e o nome de Eduardo Gomes foi apresentado como o homem que poderia dar consecução a esse projeto. A disputa entre dois militares, Eurico Gaspar Dutra do Exército e Eduardo Gomes da Aeronáutica causava divisão nas hostes militares. Mas segundo Costa Rêgo, a candidatura de Eduardo Gomes era de militar, mas não é militar.

Não é “militar”, porque seus fundamentos se encontram na restauração da ordem jurídica e democrática, mais subvertida do que inovada, a vários respeitos na carta de 10 de novembro de 1937; (...) Eis porque a grande força da candidatura Eduardo Gomes está como digo acima, na pureza de sua origem, e sua origem está somente no candidato, pela repulsa que demonstrou **a carta de 1937**<sup>55</sup> em 1937 mesmo.<sup>56</sup>

Referendando as palavras de Costa Rego na crítica a Constituição de 1937 o próprio Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados reproduz no *Jornal de Alagoas* em editorial intitulado A POLACA uma crítica a Getúlio atacando a Constituição outorgada.<sup>57</sup>

Constituinte outorgada é um monumento faraonico. Pedro I, o Tzar das Russias, o finado Hitler e o defunto Mussolini outorgaram constituições. (...) A carta de 1937 não passa de uma cópia do estatuto polonês que o ditador Pilsudski e sua camarilha outorgaram ao seu país. Trata-se, pois, de uma polaca, que nenhum brasileiro seria capaz de identificar como qualquer ,cousa saída das suas entranhas, da sua natureza ou da sua consciência cívica.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 12 de janeiro de 1945. p. 2.

<sup>55</sup> A carta de 1937, foi a constituição de 1937, promulgada por Getúlio Vargas.

<sup>56</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 5 de março de 1945. p. 3.

<sup>57</sup> Grifo meu, Uma Constituição Outorgada é aquela imposta pelo governo, não há princípio democrático.

<sup>58</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 27 de fevereiro de 1945. p.1

Não obstante, Vargas mesmo negando sua candidatura, ainda tinha o apoio de grande parte da população, como ficou comprovado pelo Movimento Queremista. Esse apoio dava-se não só pelos avanços nas relações de trabalho reconhecidos pelos trabalhadores, mas segundo Angela Castro Gomes, igualmente pela construção de uma imagem de seu nome.

Ou seja, durante o Estado Novo, o que se observa é um esmerado esforço na construção de um discurso de propaganda do regime e de Vargas, baseado na política social de regulamentação do mercado de trabalho, que omite um passado de lutas e reivindicação dos trabalhadores. Uma operação que retoma a tradição do movimento operário, em outro contexto, apresentando suas antigas demandas como “doações” do Estado, como benefícios antecipados, concedidos mesmo antes de serem pedidos.<sup>59</sup>

Ademais, a relação de Getúlio na década de 1940 com as camadas mais pobres da sociedade ocorre em um momento que o trabalhador se encontrava desprotegido e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho foi capital para fortalecer essa relação, fato que causava estranheza aos opositores de Vargas que não compreendiam como essas pessoas poderia apoiar o ditador. Contudo, essas características das classes populares foram bem observadas por Francisco Weffort.

As classes populares surgem no bojo da crise desta sociedade e não poderiam permanecer indefesa às circunstâncias que presidem sua formação. E nas peculiaridades dessa formação social que deverão ser buscadas as explicações fundamentais para as características de comportamento popular durante o período populista.<sup>60</sup>

Durante os meses de março, abril, maio e junho de 1945, no auge da Segunda Guerra Mundial em função do aqodamento das tropas aliadas buscando vencer as batalhas, as notícias da guerra passaram a fazer parte das manchetes dos principais jornais, e nesse período, mesmo as campanhas encontrando-se postas, as notícias políticas ficaram

---

<sup>59</sup> GOMES, Angela de Castro. “Estado Novo: ambiguidade e herança do autoritarismo no Brasil”. In: Rolemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 63.

<sup>60</sup> WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003. p. 96.

em segundo plano. Nesse período, os jornais de Alagoas reproduziam diariamente dos periódicos da capital do país cada movimento das tropas aliadas e as suas vitórias, sem entretanto deixar de abordar a participação dos soldados brasileiros nesses combates, e valia-se desse fatos para inter-relacionar as ações vitoriosas das tropas com a presença do Estado, e por vezes por meio da fala presidencial. Contudo, mesmo a Segunda Guerra fazendo parte prioritária das pautas dos principais jornais do Brasil, em Alagoas as notícias políticas no *Jornal de Alagoas* continuavam dando mostras do posicionamento político do jornal em suas matérias ao reproduzir matérias de jornais como o editorial do *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro.

O ditador apenas finge de morto, mergulha nas sombras do palácio do Rio Negro<sup>61</sup> e apresenta aos que o procuraram, ares de defunto, completamente alheio e desinteressado à política e as candidaturas. (...). Recolheu-se, desapareceu, imobilizou-se e silenciou para melhor calcular. Enquanto os oposicionistas e situacionistas aquecem-se o sr. Getúlio esfria os termos dos problemas de sua permanência no Governo. Agora o sr. Getúlio Vargas vai tentar o golpe da esquerda, agitando as massas de operários, embora isso possa custar ao país o veneno da luta de classe, desunião ruinososa para sua economia e de suas grandes forças criadora.<sup>62</sup>

Dois momentos foram fundamentais para que ocorressem as eleições presidenciais em 1945: primeiramente a reforma constitucional que aprovou a realização das eleições e como consequência a criação de partidos políticos, que a princípio contou com dois partidos de apoio a Vargas, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto a oposição criou a União Democrática Nacional (UDN), e a criação do DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945<sup>63</sup>, que regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945.

Destaca-se que os partidos políticos no Brasil se estruturaram regionalmente e após a nova lei, os partidos que surgiram tinham abrangência nacional. Essas definições

---

<sup>61</sup> Grifo meu, O Palácio do Rio Negro era a residência oficial de verão do Presidente da República e localizava-se na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro.

<sup>62</sup> <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>.

nas composições dos partidos permitiram que as lideranças definissem as estratégias para conquistar os votos nas diversas camadas da sociedade brasileira. O grupo ligado a Getúlio tinha como discurso as conquistas sociais e trabalhistas do grande líder da nação que conhecia as necessidades de seu povo e, para isso, os partidos situacionistas, PSD e PTB, tinham formas distintas de adentrar na sociedade em busca dos votos. Isso ficou bem destacado por Angela de Castro Gomes.

Enquanto o PSD reunia interventores estaduais que controlavam importantes aparatos administrativos e clientelísticos, o PTB tinha uma proposta mais diretamente dirigida às classes trabalhadoras. O primeiro de cunho eminentemente conservador teria como missão precípua garantir uma transição política controlada, que evitasse mudanças abruptas nos rumos políticos do país; o segundo estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários.<sup>64</sup>

O principal partido de oposição a Vargas, a União Democrática Nacional (UDN), partido que apoiava Eduardo Gomes, ficou conhecido por ser liberal, ou seja, defendia a liberdade individual com menor intervenção do estado na economia e nas áreas sociais e com isso passava a imagem de que representava a população mais privilegiada. Somam-se a isso a desconfiança com os grupos que participavam de sua formação com uma composição bastante diversificada, como destaca Michelle Reis.

A candidatura do brigadeiro mobilizou amplos setores sociais: oligarquias que perderam o poder a partir de 1930, antigos aliados de Vargas que se sentiram traídos, indivíduos que apoiaram o golpe de 1937, mas se desligaram do Estado Novo antes de 1945, intelectuais liberais e até tendências esquerdistas, como socialistas – membros da União Democrática Socialista e comunistas dissidentes da linha oficial do partido.<sup>65</sup>

Mesmo a campanha presidencial encontrando-se nas ruas revelando as propostas dos candidatos e ou grupos políticos, as manchetes dos jornais em Alagoas não relacionavam o candidato ao partido a que ele pertencia, e mesmo depois de tantas ações

---

<sup>64</sup> GOMES, Angela de Castro, D'Araújo Maria Celina: **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ed. Ática, 1989, p. 9.

<sup>65</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. Rio de Janeiro: 7 Letras 2013. p. 36.



para criação dos partidos, esses não eram protagonistas nessa disputa. Portanto, os programas partidários ficavam em segundo plano, e com isso personalizava-se a eleição, como se pode observar nas visitas de Eduardo Gomes aos estados e as manifestações de apoio de lideranças noticiadas pelo *Jornal de Alagoas*. E essa omissão dos partidos demonstra que eles existem de direito, mas não de fato, o que faz com que Lucília de Almeida retrate sua importância no regime democrático.

Partidos políticos, sistemas e frentes partidárias incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da História são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regime democrático. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período da história, significa também ausência de democracia. Quando Partidos políticos são postergados da cena política outros institutos peculiares e necessários à dinâmica da democracia política e a democracia eleitoral ficam automaticamente prejudicados.<sup>66</sup>

Em Alagoas, os comícios davam o tom das campanhas com publicações nos principais jornais. Como ocorria na imprensa nacional, os jornais alagoanos sempre buscavam relacionar figuras públicas de destaque na sociedade bem como as principais lideranças políticas que externavam apoio a seus candidatos a presidência da República. Portanto, era comum figurar nas reportagens dezenas de nomes que se encontravam em comícios ou recepcionando os candidatos que chegavam a Alagoas, fato observado em comício realizado em Piaçabuçu em apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes e publicado no *Jornal de Alagoas*.

Domingo pela manhã chegaram a Penedo, tendo viajado de automóveis, as seguintes pessoas: dr. Melo Mota, dr. Ruy Palmeira, dr. Freitas Cavalcante, dr. Carlos Gomes de Barros, Joaquim Leão, Joao Sampaio(...). Cerca de 4 horas da tarde, a comitiva alcançava a cidade de Piassabuçu, sendo recebida sob demonstração do maior entusiasmo. No cais da cidade comprimia-se enorme massa popular tendo a delegação cumprimentada, logo ao desembarcar, por uma comissão composta dos srs. Armando Lobo, Sizino Borges, João Góes, Amarildo Lobo Sales, José Vitor de Araújo Carvalho e outros. Novas demonstrações de aplausos ao nome do Brigadeiro Eduardo Gomes foram ouvidas pela grande massa popular.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projeto, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.129.

<sup>67</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 4 de setembro de 1945. p. 3.

Por outro lado, membros do PSD davam publicidades de suas ações via *Gazeta de Alagoas* utilizando a mesma sistemática, buscando demonstrar que tinha em suas bases nomes de destaque na política e sociedade, buscando com isso referendar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra.

Num dos salões de palácio, ontem, a tarde, reuniu-se a Comissão Diretora Provisória do Partido Social Democrático sob a presidência do interventor Ismar de Góis Monteiro e com o comparecimento dos seguintes membros: drs. Esperidião Lopes de Farias, Ary Pitombo, Lauro Montenegro, Baltazar de Mendonça, Antônio Mario Mafra, Sizenando Nabuco, representando o sr. Abelardo Lopes, conego Cicero Vasconcelos, conego Pedro Cavalcante, Padre Medeiros Neto, Srs. Abdon Arroxelas, José Alfredo de carvalho, Aduino Viana e Luiz Silveira.<sup>68</sup>

A poucos dias das eleições, Getúlio Vargas que já havia sido afastado do governo, não participava mais das discursões políticas, e o candidato da situação Eurico Gaspar Dutra não tinha o apoio popular. Nesse contexto, os grandes jornais do Brasil anunciavam como certa a vitória do candidato da oposição Eduardo Gomes com uma grande margem de votos, entretanto, queremos avultar a figura de Hugo Borghi, empresário e político que teve grande destaque no Movimento Queremista e foi um de seus maiores financiadores. Durante a campanha, destacou-se quando a partir de um pronunciamento de Eduardo Gomes, que utilizou a palavra malta referindo-se aos apoiadores de Vargas, destacando que não precisava de seus votos, Borghi viu uma oportunidade de tirar dividendos políticos e ressignificou a palavra malta para marmiteiro, fazendo uma analogia aos trabalhadores, e procurou difundir que o candidato Eduardo Gomes não necessitava desses votos, fato que teve grande impacto na campanha.

Por fim, convenceu Vargas a entrar na campanha e apoiar Dutra, e este escreveu uma carta a todos os seus correligionários, fato que veio a modificar toda a campanha política como bem destaca Michelle Reis, e em consequência provocou derrota de Eduardo Gomes.

A partir daquele momento, iniciou-se uma nova campanha, trazendo fôlego ao candidato do PSD. A mensagem “ele disse votem no general Dutra” foi impressa, juntamente com a fotografia de Getúlio Vargas, e distribuída em todo o país. O sucesso foi tanto que as impressões sobre

---

<sup>68</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 4 de julho de 1945. p.1

o resultado da disputa eleitoral mudaram. Em um relatório enviado a Vargas no dia das eleições, Napoleão de Alencastro Guimarães relatou: “creio que Dutra está eleito”.<sup>69</sup>

Em Alagoas, com a proximidade das eleições, as notícias na *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas* ofereciam aos seus leitores uma posição clara das suas escolhas políticas. As divulgações versavam sobre os comícios nos bairros de Maceió, as caravanas que se dirigiam aos pequenos municípios alagoanos e inclusive reuniões de lideranças. Nessas oportunidades, eram afirmados e reafirmados a garantia de vitória de seus candidatos, afirmações que tinham como objetivo influenciar a opinião do eleitorado indeciso e/ou transformar a posição dos que já haviam decidido por um determinado candidato. Outros aspectos retratados nos jornais que influenciavam nessas decisões eram a situação econômica do país e o posicionamento da Igreja com relação aos candidatos.

Nesse contexto, Eduardo Gomes buscava junto aos principais veículos de comunicação materializar sua condição de vitorioso; enquanto isso, Eurico Gaspar Dutra procurava associar seu nome aos grandes feitos de Vargas, visto que sua campanha não encontrou respaldo entre a classe trabalhadora. Com a manchete **Eduardo Gomes e a Igreja católica**, o *Jornal de Alagoas* inicialmente destaca a neutralidade da Igreja, entretanto, subliminarmente procurava demonstrar a posição da Igreja no pleito, quando versa sobre a restauração da democracia.

As autoridades católicas brasileiras, a partir de D. Jayme, arcebispo do Rio de Janeiro, já definiu a posição atual da igreja quanto à campanha política que ora divide o Brasil. (...) Não é necessário, portanto, definir que a presente luta pela redemocratização espiritual do povo brasileiro é o início de uma fase para se reconstruir, dentro de uma nova democracia que baseie sua ação no espírito crítico do povo, no seu julgamento coordenado, isento de violência. Intolerâncias e tudo que demonstre ter raízes nas ideologias totalitárias.<sup>70</sup>

Contestando a retórica do *Jornal de Alagoas*, a *Gazeta de Alagoas* que em âmbito local apoiava o interventor e consequentemente Dutra, tinha como características em seus textos, mesmo que de forma sutil, uma manifesta oposição a Eduardo Gomes.

---

<sup>69</sup> MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras 2013. p. 155.

<sup>70</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 15 de setembro de 1945. p.3.

Paralelo a isso elogiava Getúlio, a forma democrática e a lisura como conduzia o processo eleitoral, e mesmo não tendo o apoio do presidente da República, manifestava que a situação apoiaria Eurico Gaspar Dutra para presidente, e, usando do mesmo expediente junto ao eleitorado, a *Gazeta de Alagoas* trazia em suas páginas o posicionamento da Igreja Católica em Alagoas em consonância com o interventor Ismar de Góis Monteiro. Sendo assim, republicou texto da diocese de Penedo com a seguinte manchete **O bispo de Penedo e os dirigentes do PSD.**

Por motivos das festas tricentenárias da restauração do domínio português realizadas aqui, o exmo. Sr. Interventor Federal, acompanhado dos Secretários de Estado e altas autoridades civis e militares, esteve em visita ao exmo. Sr. Bispo Diocesano, reafirmando os propósitos do P.S.D. de combater as ideologias anticristãs. O ilustre Coronel Xavier de Oliveira apresentou ao prelado os cumprimentos dos visitantes, com palavras de fé de são patriotismo. Em agradecimento o sr. Bispo expõe de maneira clara e firme a posição da igreja, particularmente em nosso estado.<sup>71</sup>

Entre outubro, mês da deposição de Getúlio Vargas, e dezembro de 1945 quando concorreu a eleição presidencial, os jornais estampavam toda sorte de manchetes e notícias que tivessem reflexos nas candidaturas que apoiavam. O *Jornal de Alagoas* destacava Eduardo Gomes como símbolo de liberdade e luta contra o fascismo implantado no Brasil, destacava as mudanças que faria na economia, principalmente na política do café adotada por Vargas desde 1931, e a certeza da vitória era uma constante em suas notícias. Nas notícias de menor destaque, falava-se explicitamente das poucas chances da candidatura de Dutra obter sucesso, e em vários momentos buscava desvincular essa candidatura da imagem de Getúlio Vargas. Em 30 de outubro, o *Jornal de Alagoas* apresenta com destaque em primeira página a manchete: **DEPOSTO O SENHOR GETÚLIO VARGAS**, e apresenta como se deu o fato.

Precisamente às 3 horas dessa madrugada, o general Góes Monteiro deu posse ao ministro José Linhares. Declarou o titular da pasta da Guerra que a deposição do sr. Getúlio Vargas não se verificara por um golpe militar. Apenas as forças armadas num movimento para garantir a paz e em virtude do governo não estar em condições de manter mais a ordem, confiou o poder ao presidente do Supremo Tribunal federal. O ministro José Linhares agradeceu, declarando tudo fazer para corresponder a confiança da nação e as forças armadas.<sup>72</sup>

<sup>71</sup> *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 5 de outubro de 1945. p. 4.

<sup>72</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 30 de outubro de 1945. p. 1.

O general Góes Monteiro demonstra uma grande influência junto ao novo governo quando o presidente José Linhares nomeia como novo interventor de Alagoas Edgar de Góes Monteiro em substituição a Ismar de Góis Monteiro, que afastou-se para ser candidato ao Senado, vindo posteriormente a ser eleito. Essa nomeação suscitou, em Alagoas, uma demonstração de continuidade do governo Vargas e conseqüentemente a manutenção do poder político dos Góes Monteiro no estado. Como estávamos as vésperas da eleição, membros da UDN, partidários de Eduardo Gomes, protestaram de forma enérgica contra essa nomeação, visto que isso acarretaria uma grande influência no resultado do pleito. E enviaram para o presidente Linhares por meio de telegrama um protesto formal, alegando a insatisfação da população alagoana.

Presidente José Linhares – Palácio do Catete – RIO – nomeação senhor Edgar Góes Monteiro, irmão interventor, membro Comissão Executiva PSD e candidato indicado a governador Estado pelos seus correligionários, esta desacordo razões levram forças armadas país obriga renuncia ditados Vargas, e elevar mais alta autoridade Poder Judiciário Magistratura República para assegurar redemocratização nossos poderes políticos, jornais governistas e udenistas dão publicidade declaração próprio interventor exonerado, em comício público realizado sábado último nessa capital nas quais se vêem seguintes palavras:” ganharemos as eleições custe o que custar , haja o que houver, aconteça o que acontecer(...). além do mais, nomeação representa sobrevivência regime ditatorial, privando alagoas gôzo liberdades públicas estão desfrutando demais Unidades Federação.<sup>73</sup>

E, em 2 de dezembro de 1945 ocorre a eleição para Presidência da República, Senado e Câmara dos Deputados. Observamos que a eleição para presidente após um regime ditatorial tomou uma dimensão tão grande que ofuscou as outras disputas, que passaram a ter um papel secundário nas páginas dos principais jornais. Em nossas análises não encontramos nenhuma notícia relevante que se trata dos nomes dos postulantes a esses cargos e como encontravam-se suas campanhas bem como a possibilidade de vitória desses candidatos.

Após várias contendas jurídicas e políticas que foram apresentadas nos dois jornais de circulação em Alagoas durante o processo eleitoral, ficou evidenciado após o resultado das eleições as suas posições políticas a partir de suas publicações.

A *Gazeta de Alagoas* apresentava de forma discreta notícias sobre a vitória de Dutra, e com pequenas notas transcritas de jornais do Rio de Janeiro informava as

<sup>73</sup> *Jornal de Alagoas*. Maceió, 7 de novembro de 1945. p. 1.

possíveis formações do novo governo e quem ocuparia as pastas mais importantes. Entretanto, o *Jornal de Alagoas* cumprindo seu papel de oposição trazia notícias que manifestava sua insatisfação com o resultado das urnas e nos dias posteriores aos resultado final trazia manchetes como: “**É PROVÁVEL QUE DUTRA FIQUE POUCO TEMPO COMO PRESIDENTE**”, “**O BRASIL CONSCIENTE ESTA DECEPCIONADO**”, “**TRISTE E INFELIZ O NATAL DE 1945 EM MACEIÓ**”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1945, que nos propomos a analisar, reflete os momentos finais da Era Vargas, período de grandes transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil. Entretanto, essa trajetória inicia-se a partir de 1937, quando por meio de um golpe de estado Vargas centraliza todo o poder e implanta regime ditatorial acompanhado de uma censura imposta aos meios de comunicação e um controle quase que absoluto do estado, consolidando-se a partir de 1939 com a criação do DIP. Esse órgão do Estado Novo tinha como atributo fundamental divulgar a política nacionalista em defesa da pátria, exaltando todas as características de um povo e seus patrimônios cultural e econômico, associando-se a isso a difusão da imagem do presidente Vargas como protetor dos pobres e seu combate exacerbado ao comunismo, até como forma de respaldar o que foi uma das bases para o golpe que havia imposto.

Observamos que algumas narrativas destacam que a grande imprensa nacional sempre teve uma discordância ou mesmo uma reação de conflito com Vargas, decerto o choque de interesses dos grandes proprietários de jornais fizeram com que se posicionassem contra o presidente, entretanto, identificamos em nossa pesquisa que durante os quinze anos do governo Vargas (1930 -1945) alguns jornais tidos como de oposição manifestaram seu apoio incondicional ao governo, bem como alguns aliados passaram a oposição, dessa maneira observa-se que o conceito simplista de “jornal de oposição ou situação” eram meramente transitório, modificado a depender dos interesses políticos ou econômicos.

Esses posicionamentos dos jornais de circulação nacional refletiam, por conseguinte, nos jornais estaduais e ou municipais e isso ocorreu em função das notícias mais importantes publicadas nos grandes centros serem reproduzidas em regra pelos jornais locais, como bem observamos em nossas pesquisas. Portanto, as análises realizadas nos jornais *Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas* no ano de 1945 nos permitiram entender como se deu o embate político em Alagoas e de que forma os jornais foram utilizados por grupos sociais e políticos para influenciar a população na escolha dos seus candidatos, visto que o proprietário do jornal era quem definia os editoriais e as notícias a serem veiculadas.

Quanto às análises feitas do papel do Movimento Queremista descrita nos jornais, observamos que: os que tinham conexões com as ideias do governo Vargas destacavam esse movimento como espontâneo, fruto de um reconhecimento do operariado pelas

conquistas trabalhistas, em contrapartida os que se posicionavam contra o governo vinham esse movimento como um bando de desordeiros estimulados pela propaganda governamental para dar sustentação ao governo. Contudo, ao aprofundar nossas pesquisas vislumbramos o Movimento Queremista como um dos maiores movimentos populares tendo como base o proletariado. Essas conquistas interpostas na legislação trabalhistas fixaram-se na percepção dos trabalhadores como direitos legítimos, o que fomenta as lutas de classe para a sua manutenção até nossos dias.

Desse modo, ressaltamos que os jornais analisados, bem como os livros que deram sustentação a nossa pesquisa, nos permitem fazer observações sobre o comportamento da imprensa no Brasil e sua influência direta como agente modificador do pensamento de nossa sociedade, porquanto, os índices de pessoas não alfabetizadas no Brasil nesse período eram próximos a 60%, e o acesso a jornais era para poucos cidadãos de classes privilegiadas, dessa forma a propagação das notícias ocorriam no popularmente conhecido “boca a boca”, e conseqüentemente a análise crítica das notícias passava pelo crivo do leitor primário. De forma que, ao analisarmos os nos jornais *Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas* no ano de 1945, tem-se a imediata percepção a quais grupos político pertencem, visto que o mesmo fato é apresentado de forma antagônica ao exaltar claramente um grupo ao mesmo tempo em que denigre o outro, sem usar nenhuma sutileza na apresentação das notícias.

Por fim, este trabalho que analisa o papel dos jornais em um curto período de nossa história, ou seja, final da Era Vargas, demonstra ser esse um tema contemporâneo, e dessa forma, esperamos que este objeto seja ponto de partida de estudantes e da academia para análises mais aprofundadas de outros momentos de nossa história tendo como fonte primária os jornais.



## REFERÊNCIAS

### FONTES

Fontes do Arquivo Público de Alagoas – APA: **Jornal de Alagoas, 1945. Jornal Gazeta de Alagoas, Ano XII, 1945.**

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva, 1954 – **História cultural da imprensa: Brasil, 1900 -2000** / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Subsídios para uma teoria de comunicação de massa** / Luiz Beltrão, Newton Oliveira Quirino, - São Paulo: Ed. Summus, 1986.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**/ Vavy Pacheco Borges – 2ª ed. – São Paulo: 1993. Ed. Brasiliense – (Coleção primeiros passos).

Brasil. Lei n. 7.586 de 28 de maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**/ Maria Helena Rolim Capelato – São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O movimento paulista de 1932 a causa paulista**/ Maria Helena Rolim Capelato – São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

Estado de Alagoas. < <http://www.estado-de-alagoas.com/historia-de-alagoas-a-provincia-de-alagoas.htm>>. Em 10 de fevereiro de 2018.

FERREIRA, Jorge **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945- 1964**/ Jorge Ferreira- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**/organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica / organização, Jorge Ferreira – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Assis Chateaubriand. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>>. Acesso em: 20, nov.2017.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. – Rio de Janeiro Ed. FGV. 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13. jul.2002.

GOMES, Angela de Castro. “**Estado Novo: ambiguidade e herança do autoritarismo no Brasil**”. In: Rolemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES Angela de Castro, D’Araújo Maria Celina: **Getulismo e Trabalhismo**. Ed. Ática, 1989. São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Ed. Zahar, 2002. Rio de Janeiro.

HIPÓLITO, Lúcia, PSD, 1945 – 1965, Verbetes temático, CPDOC, FGV. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965/Hipolito,Lucia>>. Acesso em 16.11.2017.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajatória política do Brasil: 1500-1964**/ Francisco Iglésias – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da manhã. Verbetes temático, CPDOC, FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/correio-da-manha.Leal,CarlosEduardo> . Acesso em 12 de setembro de 2017.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**/Nikas Luhmann; tradução Ciro Marcondes Filho. – São Paulo: Paulus, 2005.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**/ Sérgio Mattos. – São Paulo: Paulus, 2005.

MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**/ Michelle Reis de Macedo. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras 2013.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 a 1980)**. Maceió: EDUFAL, 2014.

Jornal de Alagoas Maceió: **Jornal de Alagoas 80 anos**. Maceió: Ed. Escopo, 1988.

**Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964** / Thomas E. Skidmore: apresentação de Francisco de Assis Barbosa: tradução coordenada por Tunes Dantas. – 7ª ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira** / Francisco Corrêa Weffort - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.